

6F

DEBATE 20

NOVEMBRO 75



A LUTA DAS MULHERES

MOVIMENTO OPERARIO E SINDICAL



4º P 8755

No processo de reorganização, sobre bases novas, do movimento comunista do Brasil, que supõe a união da teoria marxista e dos operários revolucionários, a determinação de uma tática sindical marxista-leninista se reveste da maior importância. A série de estudos de Rolando Fratti (cuja publicação iniciamos em DEBATE-18) e a de Fernando Andrade (publicação iniciada em DEBATE-19) prosseguem no presente número. O primeiro retraza a resistência operária e comunista à ditadura do Estado Novo; o segundo o problema da luta pela central operária e pela independência sindical tal como foi vivido na experiência do proletariado brasileiro sob o regime da Constituição de 1946. Colocando-se firmemente no terreno da luta pela reunificação dos marxistas-leninistas do Brasil, Fratti e F. Andrade preocupam-se essencialmente em descrever e analisar o processo real no qual se colocaram os grandes problemas e as grandes tarefas do movimento operário e comunista de nosso país, o que lhes permite tirar as conclusões que se impõem-me-lhor, que foram se impondo ao longo da experiência histórica da classe historicamente dirigente da transformação socialista. É a discussão destas conclusões que convidamos os leitores de DEBATE.

Dentre as muitas frentes da luta ideológica em defesa do marxismo e do socialismo em que DEBATE assumiu papel de vanguarda, a luta das mulheres tem merecido esforço permanente por parte dos militantes que se batem pela aplicação consequente em todos os domínios da ação política revolucionária, da PLATAFORMA PARA A UNIÃO DOS COMUNISTAS. Após o estudo teórico introdutório de nossas camaradas Joana Almeida, Maria Ribeiro e Marta Alves, publicado em DEBATE-17, Maria Ribeiro busca, no presente número, determinar as grandes diretrizes da luta revolucionária das mulheres em nosso país. Duas preocupações essenciais, complementares e indissolúveis, norteiam esta contribuição à elaboração de uma plataforma marxista pela emancipação econômica, social e política da mulher brasileira: partir das reivindicações mais prementes e imediatas das trabalhadoras, especialmente das proletárias, já que a mulher só se emancipará através da luta de massas, e desenvolver a propaganda sistemática do socialismo como condição necessária à sua verdadeira libertação, já que sem a socialização dos serviços domésticos, das tarefas educativas das crianças e de todo o sobretabalho que a sociedade de classes impõe à mulher na base de sua pretensa "vocação natural", a igualdade dos sexos não ultrapassa os limites do formalismo jurídico burguês (sendo que no Brasil nem mesmo esse formalismo foi ainda obtido)

A reorganização do movimento revolucionário brasileiro, prevista já há vários anos por DEBATE, numa iniciativa de vanguarda que hoje encontra muitos imitadores (e achamos isso positivo desde que abra a via a novos avanços do marxismo brasileiro e não seja apenas a forma nova de velhos obscurantismos sectários e incosequentes) está historicamente ligada à fragmentação do comunismo oficial e à derrota do movimento de luta armada. A ruptura de Carlos Marighella (e da larga corrente que a seu lado passou ao ataque direto ao terrorismo militar a serviço dos monopólios) com o oportunismo de direita constitui elemento indispensável para a compreensão deste processo. Por isso a reprodução de sua carta-renúncia à Executiva do PCB nos ajuda -e muito- a compreendermos nosso presente como história.

MOVIMENTO OPERARIO E SINDICATOS (II)

Fernando Andrade

§3- A luta por uma central sindical independente

Em muitas ocasiões de sua história, o movimento comunista internacional foi levado a criar "sindicatos vermelhos", isto é, agrupando os trabalhadores sob sua influência. O exemplo mais famoso é o da Alemanha nos anos 1920 até a subida ao poder do nazismo. Os comunistas deste país, influenciados pela linha sectária que prevalecia na III Internacional sobre a qual Stalin impusera seu poder pessoal absoluto, e exacerbados pela política contra-revolucionária que desenvolvia a social-democracia daquele país, romperam com os sindicatos tradicionais da classe operária e fundaram sindicatos novos, de orientação revolucionária, separando assim, inclusive ao nível da luta econômica os trabalhadores ganhos para a causa do socialismo dos trabalhadores reformistas. Esta política, explicável nas duras condições com que se defrontavam os comunistas na época da ascensão do fascismo, redundou em terríveis fracassos, isolando os trabalhadores revolucionários da massa da classe operária e esta da maioria da nação, tendo nesta medida favorecido a vitória do nazismo. No entanto, alguns anos antes, Lênin já advertira os comunistas alemães de que "não trabalhar nos sindicatos reacionários, é abandonar as massas operárias insuficientemente desenvolvidas ou atrasadas à influência dos líderes reacionários, dos agentes da burguesia, dos aristocratas operários ou dos operários 'aburguesados' ". Ele chama de "besteira imperdoável" a atitude dos comunistas ultra-esquerda alemães que, tendo constatado o espírito reacionário e contra-revolucionário das direções sindicais concluíam que "os comunistas deviam sair dos sindicatos", "recusar-se a trabalhar neles" e pretendiam "criar formas novas de organização operária que eles inventam(grifado no original)". (Lênin, A doença infantil, Obras, vol. 31, pp.47-48).

Na esquerda brasileira, sobretudo em certas "tendências proletárias" que aparecem por aí cheias de boas intenções, (e mobilizando, ao lado de intelectuais e franco-atiradores "super-revolucionários" impenitentes, muitos militantes valerosos), tão numerosos são os inventores de "formas novas de organização operária". Se nosso dever como marxistas-leninistas consequentes é desmascarar os primeiros, contumazes do oportunismo de "extrema-esquerda", é imperioso analisar em profundidade os problemas de fundo aos quais os segundos dão, com honesto empenho militante, uma resposta errônea. Uma importante experiência histórica, neste sentido, é a da classe operária espanhola, que submetida há mais de quarenta anos à ditadura fracista do assassino Franco, desenvolveu uma justa tática de unidade de ação pela base onde se destacaram comunistas, cristãos, socialistas, patriotas de nacionalidades oprimidas, e que incluiu não somente a agitação e organização permanente ao nível dos locais de trabalho, mas também um perseverante trabalho nos sindicatos ultra reacionários do regime. Regime que como todo mundo sabe é dirigido por uma corja de esbirros especializados em torturar operários. E após décadas de heroico trabalho clandestino combinado às mais diversas formas de ação de massas, inclusive nos sindicatos fascistas, os operários espanhóis puderam isolá-los e fazer passar o essencial da luta reivindicativa das massas proletárias pelas "comisiones obreras". Quanto não ganhariam nossos esquerdistas, que vivem tendendo à "proletarização" em estudar a fundo -isto é, com a metodologia do materialismo dialético e com

espírito verdadeiramente internacionalista- esta experiência! Dela se tiram duas grandes lições: a independência sindical se conquista levando a luta de massas para dentro dos sindicatos reacionários e se consolida quando, isoladas as direções reacionárias, as massas se organizam a partir de seus locais de trabalho.

Vale isso dizer que os comunistas devam invariavelmente aceitar as estruturas sindicais existentes? A questão é mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Evidentemente que quando se trata de sindicatos facistas ou claramente controlados pelos agentes patronais -ainda que num país onde existam certas liberdades sindicais -é o caso por exemplo dos famigerados sindicatos controlados por mafias de gangsters, como nos Estados Unidos- a decisão de trabalhar dentro deles obedece a considerações de ordem tática, essencialmente a de não se separar das massas "insuficientemente desenvolvidas ou atrasadas". A questão se complica quando se trata de sindicatos reformistas, dirigidos por uma burocracia conservadora, mas ligados às tradições operárias. Porque, como regra geral e tendo em vista o fato de que o sindicato representa as massas trabalhadoras enquanto tais, isto é, em função de suas condições de trabalho e de existência, devem os comunistas lutar pela unidade sindical e por isso evitar dividir os trabalhadores dividindo-lhes as organizações. Tanto mais que, como o prova a política da burguesia e da social-democracia, desde as cisões no movimento sindical da Europa capitalista durante a guerra fria até a recente ofensiva da reação e de seus aliados social-democratas em Portugal contra a unidade sindical em nome de uma ridícula "ideologia pluralista", são os patrões e a reação em geral que se incumbem da nobre tarefa de rachar sindicatos...

No Brasil, há décadas, correntes trotskystas e "maximalistas", como a POLOP -esta versão sui-generis de menchevismo de esquerda tropical- vem apregoando a necessidade de formar comitês de empresa sobre a base do combate ao "reformismo" e ao "populismo". Nenhum comunista e revolucionário digno deste nome pode subestimar a importância fundamental da organização dos trabalhadores nas fábricas e locais de trabalho em geral. Mas uma palavra de ordem de propaganda, como essa central, de formação de comissões de fábrica, se converte em frase oca quando os que a verbalizam buscam através dela ocultar a própria impotência em combater ao lado do movimento real das massas. O obreirismo operário é compreensível, já que brota das condições de existência do trabalhador. Mas o obreirismo intelectual é um peso morto que entrava a reunificação dos comunistas e que deve ser intransigentemente combatido no plano ideológico.

A experiência do "sindicato vermelho" no Brasil está ligada à situação descrita no § 2 do presente estudo ("As organizações paralelas e o regime de 1946", DEBATE-19, pp.9-11) caracterizada pela contradição entre o caráter liberal das leis constitucionais sobre os sindicatos e o caráter corporatista facista da CLT, que não foi abolida pela Constituição. Ainda durante a ditadura Vargas o PCdoB procedeu à formação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) cujo objetivo essencial era criar uma corrente sindical que exercendo uma influência efetiva no interior do sindicalismo oficial, o dirigisse no sentido da constituição de uma central independente. Weffort, que estuda este período em sua tese Sindicatos e política assim descreve o MUT: "era uma organização inter-sindical de cúpula, através da qual o PC tentava agrupar e coordenar os dirigentes sindicais próximos à sua influência ou com os quais pudesse aliar-se... Segundo Jover Telles, participaram da fundação do MUT cerca de 300 dirigentes sindicais de 13 Estados do país. Entre seus objetivos inici-

ais se incluíam reivindicações de liberalização das leis sindicais, expurgando-as dos dispositivos anti-democráticos da época da ditadura, extensão da legislação sindical ao campo, melhoria da previdência social, etc. Outro dos objetivos iniciais do MUT era o de "lutar pela eleição de direções sindicais unitárias", o que sugere que não apenas os comunistas não estavam interessados em confrontar suas forças com os "pelegos" formados durante o Estado Novo como buscavam formar alianças com eles" (Weffort, op. cit., p. II, 29). Decididamente, há formas mais inteligentes de anti-comunismo que a do sociólogo do populismo. Desde quando formar "direções sindicais unitárias" implica em abdicar da ideia do confronto de forças? Contrariamente a Weffort os comunistas definiam sua política segundo critérios de classe e consideravam que o objetivo estratégico de criar uma central independente e de preservar a unidade do movimento sindical, isto é, o fortalecimento do proletariado como um todo em sua luta econômica de classe contra a burguesia justificava um entendimento com a burocracia sindical petebista. Esta tese pode estar certa ou errada. Mas é ridículo querer rebatê-la com argumentos pedantes e levianos, próprios de intelectuais "artificiais" - como os chamava Gramsci - pairando sobre as grandes lutas sociais.

A prova mais eloquente de que os comunistas não estavam encarando o entendimento com a burocracia petebista em termos de concessão quanto a seus objetivos de fundo é que a unidade entre ambos foi impossível. O MUT, com efeito, devia conduzir à realização de um Congresso Sindical no qual seria aprovada a formação de uma central independente. Ora, neste Congresso, realizado já em 1946, com Dutra no governo e a repressão anti-comunista começando a se desenvolver, os comunistas apareceram com larga maioria, derrotando politicamente os pelegos petebistas em todas as questões importantes, notadamente na questão da liquidação da estrutura corporatista. Batidos, os pelegos se retiraram do Congresso e, apresentando sua verdadeira imagem de lacaios do Capital, foram ao Ministério do Trabalho reclamar o fechamento da reunião na qual haviam sido postos em minoria. O que não impediu os congressistas de declarar fundada a Confederação dos Trabalhadores Brasileiros (CTB). Os pelegos responderam fundando a Confederação Nacional dos Trabalhadores, isto é, levando até o fim sua obra de divisionistas.

A CTB não conseguiu sobreviver à vaga repressiva de 1947-1948 que se abateu tanto sobre o movimento sindical quanto sobre o próprio PCdoB, que juntamente com a central recém-criada foi posto fora da lei burguesa. O zelo anti-comunista de Weffort não deve levar à negação do conjunto de suas críticas dirigidas contra a política do PCdoB naquela situação. É inegável que, confundindo como de hábito internacionalismo proletário e obediência cega ao ponto de vista soviético nas questões internacionais, a direção prestista subestimou a iminência da ruptura da coligação anti-fascista, ou, o que vem ao mesmo, superestimou a estabilidade da "união nacional" tendo inclusive adotado, como o mostra abundantemente Weffort citando jornais da época, especialmente Tribuna Popular, a defesa da ordem liberal burguesa re-freando movimentos de greve e justificando esta atitude de maneira aberrante e claramente oportunista de direita. Eis um dos textos significativos dos comunistas publicado na Tribuna Popular de 25/XI/1945 e citado por Weffort: condenando uma tentativa de greve na Light carioca, o MUT declara que em período eleitoral "a desordem, as greves e as perturbações só favorecem aos fascistas..." e que por conseguinte devem os trabalhadores "comparecer ao trabalho mesmo que agentes provocadores tentem afastá-los de suas atividades; apertar mais o cinto (grifos meus, F.A.) e esperar um pouco (sic), até que, consolidada

a vitória da democracia e dentro de seus órgãos próprios, seus anseios e reivindicações sejam normalmente alcançados". Também é certo que a facilidade mesma com que a reação pôs fim à CTB, isto é, o fato de que esta tenha sido incapaz de resistir à prova da ilegalidade, mostra que esta central não somente tinha um caráter de cúpula, como o assinala Weffort (só que as vezes ele parece se esquecer de que por definição uma central é o órgão situado na cúpula do movimento sindical) mas sobretudo que o PCdoB não tinha apoio de massa suficiente para levar adiante, sozinho, a tarefa de construção e de consolidação histórica de uma organização inter-sindical independente do Estado capitalista. A criação e o fracasso da CTB se explicam pois por terem sido os comunistas isolados da massa dos trabalhadores e levados, por isso mesmo, a praticar uma política de "sindicato vermelho" que não correspondia ao grau de desenvolvimento da consciência sindical e política da maioria da classe operária.

Após o desaparecimento da CTB o PCdoB, já na ilegalidade, reviu sua política sindical e aplicou uma linha de unidade de ação no interior do sindicalismo de Estado. Consideramos que esta orientação foi historicamente justa. É o que constata, à sua maneira, L. Martins Rodrigues em trabalho já citado: "Depois do malogro da CTB, os comunistas passaram a atuar cada vez mais intensamente nas associações sindicais oficiais. (...) o controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos tornou-se menos severo; a abolição do atestado de ideologia possibilitou aos comunistas disputarem postos nas diretorias sindicais e, em alianças com dirigentes menos comprometidos com o Ministério do Trabalho, foram ganhando o controle dos principais sindicatos. A burocracia que vinha do Estado Novo perdeu progressivamente as antigas posições nos sindicatos (grifos meus, FA) para se refugiar nas associações de segundo grau, nas Federações" (Conflito industrial e sindicalismo no Brasil, pp.177-178). Foi nestas condições que o movimento sindical e operário chegou às mais importantes lutas diretas de massa do período, as grandes greves de 1953.

Iniciada no dia 10 de março de 1953, quando cerca de 8.000 operários têxteis dirigem-se em passeata à sede do sindicato patronal da categoria para entregar memorial contendo suas principais reivindicações. Não tendo sido atendidas, desencadeia-se a greve. A sua testa estava um operário comunista, Antonio Chamorro. Desde logo, ela adquire caráter inter-sindical, a energia das massas rompendo rapidamente as barreiras corporatistas do sindicalismo oficial. Foi assim que, tendo se dirigido aos metalúrgicos pedindo-lhes o apoio, a comissão de greve dos têxteis conseguiu em menos de uma semana que cerca de 60.000 trabalhadores aderissem ao movimento. Entre o governo federal que por suas características populistas poderia dificilmente adotar atitude repressiva e o governo municipal de São Paulo, onde acabara de se instalar graças a uma campanha eleitoral onde pusera em evidência seus dotes de demagogo o futuro presidente Jânio Quadros, coube ao governo estadual (Lucas Garcez) a tentativa de quebrar a greve pela violência. Mas já nos primeiros choques com a massa, especialmente nas tentativas de impedir a ação dos piquetes, ficou claro que uma simples repressão convencional, à base policial, seria insuficiente para fazer recuar o movimento de massa. O Exército recusou-se a intervir, de forma que para a burguesia excluiu-se a hipótese de solução violenta a curto prazo para a greve. Esta expandia-se continuamente, desencadeando um extraordinário processo de solidariedade de classe. A 19 de abril os vidreiros aderiam e o movimento alastrava-se para os subúrbios e algumas cidades do interior (Osasco, Taubaté). Depois é a vez dos trabalhadores em cal-

gados de São Paulo, os ferroviários de Sorocaba, mais tarde os de São Paulo, Bauru e Botucatu, estes malgrado a negativa da direção sindical em aderir ao movimento. Finalmente, entram em cena os gráficos de São Paulo bem como os trabalhadores em transporte, acarretando sua paralisação parcial. A solidariedade de classe ultrapassa as fronteiras estaduais. Entram na luta os portuários do Rio, multiplicam-se os pontos de adesão à greve no interior de São Paulo e a participação global ao movimento, que atingira 175.000 trabalhadores a 2 de abril marcha rapidamente para 300.000. É quando patrões e governo se decidem a negociar seriamente. Este último episódio foi bem sintetizado por J. Moisés (que tomamos como apoio na descrição da greve, bem como a Sindicatos e política de Weffort, ambos os trabalhos se originando de resto do mesmo levantamento de jornais da época; o artigo de J. Moisés foi publicado com o título um tanto pedante de "Classe operária e consciência de classe no Brasil: problemática", em Dépendance et structure de classe en Amérique Latine, pp. 325-385. As considerações teóricas do artigo não fogem ao sociologuês habitual à provinciana intelectualidade pequeno-burguesa de nosso país, mas a parte descritiva é interessante) A Comissão Intersindical de Greve "anuncia que os trabalhadores estão dispostos a irem a um acordo na base de 32% de aumento, recuando portanto de suas posições anteriores..." No entanto, o conflito continua endurecendo na base: "no dia 15 de abril um piquete de textéis ataca um caminhão... usado para o transporte de "furadores" de greve. Resultam 12 presos da ação, e são todos mulheres". (A participação da mulher operária no movimento foi extremamente significativa). O acordo global seria feito na base de 32%, mas no momento em que a Justiça do Trabalho se preparava para homologá-lo a Comissão Intersindical de Greve distribui um comunicado no qual exige (1) que os acordos salariais não sejam feitos por categoria, mas tomando os trabalhadores como um todo; (2) que todos os grevistas presos sejam postos em liberdade; (3) que não sejam descontados os salários durante o período de greve; (4) que mais nenhum trabalhador seja despedido por causa da greve. Moisés aqui, após ter, algumas linhas acima falado em "recuo" dos trabalhadores, proclama que eles "eram, inegavelmente, os vitoriosos" (p. 380). Com o que concordamos. Desdobramento importante do movimento ocorreu a 18 de abril, quando, "não obstante uma nota da polícia política" informando terem sido soltos todos os presos pela greve, "os líderes do movimento declaram que ainda não há condições para o fim" (da greve), posto que havia ainda trabalhadores nas mãos da polícia. A 23 de abril, tendo sido libertados muitos presos ainda restantes, vidreiros, marceneiros e parte dos metalúrgicos voltam ao trabalho. Os textéis "todavia mantêm o movimento, alegando que ainda há presos políticos. Os empresários pedirão então abertamente a repressão ao que chamam "os líderes comunistas" (As expressões "empresários" e "ao que chamam" são de J. Moisés, evidentemente). Finalmente, com todos os grevistas em liberdade termina o movimento, tendo os gráficos, que haviam aderido mais tarde à greve e exigido um aumento de 75% em relação aos salários de 1949, obtido 70%.

As características e conclusões essenciais da grande greve de 1953 em nosso entender são as seguintes: (1) apoiando-se no sindicalismo existente, ela rapidamente rompeu-lhe as barreiras corporatistas constituindo organismos intersindicais de coordenação das lutas; (2) a Comissão Intersindical de Greve, formado na luta e assumindo-lhe a direção a direção efetiva, acabou passando por cima do aparelho sindical oficial e foi reconhecido, tanto pelos patrões quanto pelo Estado, como representando os trabalhadores em greve; (3) o papel dos diferentes sindicatos na greve variou em função da presença ou não de elementos combativos em seu seio e em sua direção. Ali onde ela foi importante - caso dos metalúrgicos e textéis de São Paulo, que desencadearam a greve e a sustentaram até o fim - se travaram as lutas mais importantes.

Em muitos sindicatos cujas direções demoraram em aderir ao movimento grevista, as bases tomaram a dianteira. E houve muitos sindicatos - gás, construção civil, doces e conservas, telefones, padeiros e confeitários onde direções pelegas conseguiram manter as bases fora da greve (os exemplos são citados por Weffort); (4) longe pois de se opor, como o querem sociólogos pedantes e esquerdistas de vários ca- libres, o trabalho dentro dos sindicatos e a ação direta de massas, nas fábricas como nas ruas, estiveram em estreita interdependência; (5) o sucesso da greve possibilitou a transformação da Comissão In- tersindical de Greve, órgão transitório, no Pacto de Unidade Inter- sindical, organismo permanente, em coexistência contraditória (e não apenas "paralela", como dizem em sua geometria elementar os espíritos avessos à dialética materialista) com o sindicalismo corporatista de Estado. Mas a conclusão mais importante de todas é que a grande greve de 1953 abriu caminho a uma contínua ascensão do movimento operário, que iria durar toda uma década.

Esta ascensão se faria no rumo da formação de uma central independen- te. O Pacto de Unidade Intersindical evoluiu para o Pacto de Unidade e Ação e deste surgiria a central, isto é, o Comando Geral dos Traba- lhadores. Foi com efeito durante o III Congresso Sindical Geral -ins- tância evidentemente ilegal, bem como o PUA, do ponto de vista da es- trutura corporatista vigente- que se apresentou uma moção -inspirada pelos sindicalistas comunistas atacando violentamente os pelegos e co- locando na ordem do dia a formação da Central. Como ocorrera uma déca- da e meia atrás, a pelegagem protestou violentamente, provocando séri- os tumultos no intuito evidente de embananar o Congresso. Não o tendo conseguido, desertam uma vez mais, passando da sabotagem ao boicote. Mas como resultado de um trabalho de longo fôlego, havia sido formada uma frente sindical consequente, onde os comunistas desempenhavam uma liderança conseguida na luta e agrupavam em torno de si uma sólida corrente onde trabalhistas e socialistas também figuravam. Em 1961 es- ta frente conquista a direção da CNTI (isto é, dentro do verticalismo corporatista, o organismo agrupando em escala nacional o conjunto das Federações das diferentes categorias de trabalhadores na Industria) e no ano seguinte declara fundado o CGT. Dirigentes mais destacados fo- ram neste processo Clodschmith Riani, Dante Pelacani, Benedito Cerque- ira e Osvaldo Pacheco. A frente domina o II Congresso da CNTI, reali- zado em abril de 1963, que adota, além de resoluções relativas aos interesses econômicos dos trabalhadores, moções exigindo entre outros a nacionalização das empresas controladas pelos monopólios estrangei- ros, a reforma agrária radical e geral, e a liberdade sindical.

O contexto político em que se desenvolveu este processo foi marcado pela aliança entre o PTB e o PCB. Não é aqui o lugar indicado para e- fetuar uma análise histórica rigorosa desta aliança. Nossa Plataforma pela união dos comunistas e inúmeros artigos publicados em DEBATE, em particular a análise crítica das resoluções do V e VI Congressos do PCB, publicada em DEBATE-15, já se incumbiram desta tarefa. Insistimos somente em que, dentro de sua orientação globalmente oportunista de di- reita, o PCB deixou-se atrair, às vésperas do golpe, pela aventura "en- trista" no governo Goulart e confiando cegamente na manutenção da lega- lidade constitucional (quem não se lembra da fanfarronice de Luis Car- los Prestes, declarando não estar ainda no poder mas já estar no gover- no?) chegou até o golpe sem a mínima preparação para resistir à inves- tida reacionária e tendo arrastado o CGT atrás de si nesta aventura, a- cabou deixando os trabalhadores abandonados à própria sorte desmoraliz- ando-se frente aos operários mais lutadores e criando assim as con- dições para que a retomada das lutas operárias, agora sob as duras con- dições do terrorismo militar a serviço dos monopólios se fizesse sob a influência quase exclusiva dos grupos armados surgidos em 1967-1968. O CGT não teve condições de sobreviver na ilegalidade e desapareceu ao a

bater-se sobre o Brasil a longa noite do despotismo. A tática sindical do PCB foi, como pensamos ter mostrado, globalmente correta. Ao lado dos nacionalistas de esquerda, que se tornaram em 1962-1963, uma poderosa corrente de massa (especialmente no Rio Grande do Sul e na Guanabara graças ao prestígio de Brizola que deu uma orientação revolucionária ao trabalhismo), os comunistas estiveram à frente de um largo movimento das massas operárias que colocou na ordem do dia não somente o problema da independência sindical mas o ponto de vista dos trabalhadores sobre as grandes questões nacionais. O grande erro do PCB, traduzindo, ao nível da política sindical seu desvio oportunista de direita que levou às grandes cisoões de 1967 e agravou a divisão do movimento comunista em nosso país, foi sua constante obsessão pelos acordos de cúpula, pelos entendimentos de "estado-maior" com os setores nacionalistas e democráticos da burguesia acarretando uma série de "bluffs" recíprocos na qual o PCB alardeava uma força que não tinha em troca de garantias quiméricas, tudo isso conduzindo ao desarmamento político e ideológico dos trabalhadores na hora da contra-ofensiva reacionária. Galope triunfal ao nível da cúpula, improvisação, espontaneísmo -em última análise irresponsabilidade ao nível da luta de massas, tal foi a prática do PCB na crise nacional de 1963-1964. Ela conduziu a uma grave e inglória derrota, cujas consequências constituem o contexto mesmo no qual nos é dado lutar.

F.A.

Como suplemento ao presente estudo, transcrevemos algumas passagens do livro de L. Martins Rodrigues Conflito industrial e sindicalismo no Brasil, onde se descreve o papel dos piquetes nas greves realizadas durante o período de 1946-1964. O interesse deste texto está em que põe a nu a fraqueza essencial do movimento sindical brasileiro, a saber a fraqueza e quase inexistência de organização sindical ao nível da fábrica e portanto a dependência em que ficavam as greves dos piquetes organizados pelo sindicato fora dos locais de trabalho.

"Decretada a greve pela assembléia do sindicato, a paralisação efetiva do trabalho nas diversas indústrias só se verifica com a presença dos piquetes de greves. Em outras palavras: os operários não abandonam o trabalho através de uma ação coletiva que parta espontaneamente do interior da empresa... Deste modo, o fato de uma empresa ser paralisada por uma greve depende fundamentalmente da ação dos piquetes. Raramente há um movimento de adesão à greve da categoria profissional partindo de dentro da própria fábrica pela mobilização coletiva espontânea dos operários...". Os piquetes "não se dirigem basicamente contra "furadores de greve" especialmente contratados pelos empregadores (como foi comum num período das lutas operárias europeias e norte-americanas) ou contra alguns trabalhadores que se recusam a aderir ao movimento. O piquete visa diretamente a grande massa operária, não integrada e não organizada sindicalmente, amiúde inteiramente alheia das atividades e pretensões dos sindicatos, cuja persistência de hábitos e formas de pensar tradicionais, cuja recente participação no modo de vida urbano, cuja limitada experiência de trabalho fabril, dificultam a identificação com a condição operária...". "Amiúde os piquetes procuram obrigar as empresas a cerrar suas portas... independentemente da adesão dos operários à greve o que é conseguido pelo temor dos empregadores a agitações e violências que afetem as instalações fabris. Assim frequentemente... o receio de depredações leva os proprietários a tomarem a iniciativa de dispensar seus operários ante a simples presença dos piquetes". "Apesar da eficácia indiscutível da ação dos piquetes como instrumento de efetivação da greve, ela é indicativa do baixo nível de integração sindical da massa operária". "A greve é, desse modo, (...) um movimento desencadeado... de fora para dentro". E o autor aponta tres razões essenciais para que isso ocorra: (1) inexistência de organizações sindicais de local de trabalho; (2) baixo nível de integração sindical do proletariado, (3) origem agrária de grande parcela da mão de obra industrial não-qualificada ou semiquificada.

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Rolando Fratti

III - Do levante de 35 à Constituinte de 46

A violentíssima repressão desencadeada contra os Diretórios e Grêmios da ANL, após a fracassada tentativa de insurreição militar de 27 de novembro de 1935, como é fácil imaginar, provocou uma enorme onda de frustração, confusão e surpresa.

Ninguém sabia explicar nada. Em cada cabeça girava um mundo de opiniões. O Movimento Sindical, embora em menos proporção, também foi duramente atingido. Os quadros mais conhecidos, que não tiveram tempo ou possibilidade de passar para a clandestinidade imediatamente, foram todos encarcerados. As cadeias não foram suficientes. A "Maria Zélia", uma velha fábrica de tecidos da Indústria Mattarazzo, foi requisitada pelo governo e transformada em presídio político. Os sindicatos mais combativos sofreram a intervenção ministerial; de um modo geral, todos os sindicatos passaram a viver sob controle policial, porém era um controle brando e exigia que se limitassem apenas a tratar de reivindicações especificamente operárias. Digo brando com relação ao que viria a ser depois de 10 de novembro de 1937. Contudo, foi possível remontar em novas condições todo o trabalho dos anos anteriores. Da União Sindical, que havia marcado um salto de qualidade no movimento operário, sobraram 2 ou 3 companheiros e mesmo assim clandestinos. Os demais haviam se deslocado para os outros Estados ou estavam presos.

O paternalismo do Governo Getúlio Vargas, visando enquadrar o movimento operário, não sofrera interrupção. As empresas, mais do que antes não respeitavam as Leis Trabalhistas. Estava-se entrando num período de grande desenvolvimento econômico. Havia falta de mão de obra, mormente da especializada ou semi-qualificada. Estes três fatores e mais o da Direção Regional do PC não ter sofrido grande desfalque, possibilitaram adotar rapidamente uma tática de preservação, e daí uma retomada de iniciativa.

Entraram no contexto as greves "tartaruga". Todas as indústrias trabalhavam em regime de horas extras, porém as horas extras não eram obrigatórias, o que possibilitava legalmente não fazê-las, e corpo mole nas demais. Foi uma forma de luta para arrancar reivindicações, muito eficientes particularmente nas indústrias que trabalhavam com contrato de serviços com prazo marcado, ou com matérias primas deterioráveis. No porto de Santos e nas indústrias piloto, isto é, as que produzem para outras, foi onde esta forma de luta mostrou mais eficácia. Também se faziam as chamadas greves legais - eram admitidas - para fazer cumprir as leis. Eram importantes estas greves. Em determinada hora parava-se e todos os operários se dirigiam ao "Departamento do Trabalho", onde faziam a denúncia coletiva.

Poucos meses após o "35" surge uma Circular interna determinando que dado o controle policial dos sindicatos pela cúpula, devia-se fazer centro no trabalho com as comissões de empresa. Nelas não só se discutiriam as reivindicações especificamente operárias, mas também os problemas políticos gerais, informações, etc. Assim é que recebemos

uma apreciação sobre o alcance político do discurso de Dimitroff perante o Tribunal nazista ; a necessidade de estender ao movimento operário a organização de Comitês do "Socorro Vermelho", já em funcionamento a base de familiares de presos e foragidos políticos. Estes Comitês não se limitavam apenas a coleta de fundos, eram antes de tudo organismos políticos. Foi grande o papel destes Comitês. Funcionavam a base de fachadas de cúpula, formadas por personalidades insuspeitas de comunismo, que se limitavam a socorrer as famílias necessitadas. Os Comitês foram um grande instrumento de organização partidária.

É claro que essa recuperação do movimento operário após o "35" não foi tão fácil como pode parecer a primeira vista. Penso que um Partido de massas não teria tido tanta facilidade de preservar-se e recuperar-se, visto ser mais pesado, mais burocrático, mais exposto. Joga um papel decisivo, em tais circunstâncias, a posição política do Partido. Se a sua estratégia é correta, pode cometer erros de condução, mas recupera-se logo. Nesta altura o Partido tinha como consignas principais : "Contra o Domínio Imperialista", "Por uma Reforma Agrária Radical", "Por uma Frente Unica Contra o Fascismo" e "Por um Governo Nacionalista e Democrático".

O importante é que apesar das limitações, a Classe Operária, guiada pelo seu pequeno partido, não entregou os pontos. Luta e se organiza em nível mais alto que antes: nas comissões de fábrica, nos Comitês de "Socorro Vermelho" e, posteriormente nos Comitês pró José Américo de Almeida à Presidência da República, acontecimento esse que fez avançar o movimento. Por que ? 1º - J.A. de Almeida era considerado homem de esquerda ; 2º - sua plataforma de candidato (que provocou muita celeuma) foi considerada bastante avançada. Teve o apoio de todas as forças progressistas e aglutinou todas as correntes que haviam integrado a ANL. De outro lado, o Governo Vargas continuava pouco oporrante e agora, além de reacionário, alegava que o Congresso engavetava todos os seus projetos em favor dos menos "favorecidos"... Esse vazio dava forças ao Movimento pró J.A.A. Novamente o povo passa a discutir política abertamente como nos tempos da ANL.

Tal era o ambiente que, se em 36 fizemos o 1º de Maio clandestino, já em 37 foi possível comemorá-lo mais abertamente e com grande comparecimento popular nas principais cidades do Estado, embora fora dos sindicatos. O 1º de Maio não oficial teve maior comparecimento que o oficial, isto é, o do Ministério do Trabalho. Fato este que preocupou muito a Getúlio e seus cupinchas.

Dentro desse processo político deram-se alguns episódios que tiveram grande ressonância no Movimento Operário. O consagrado escritor Monteiro Lobato lança o livro "A Luta Pelo Petróleo", no qual denuncia as maquinações dos monopólios petrolíferos para "provar" que no subsolo brasileiro não havia petróleo. Cita personalidades do governo e seus assessores norte-americanos, que são cúmplices da Shell, Esso, Royal Dutch, etc. nesses crimes de lesa pátria. Advoga uma lei que assegure a exploração do petróleo por capitais nacionais. Monteiro Lobato foi preso pelo DOPS e seu livro confiscado por crime de calúnia. Este fato abalou o Movimento Operário, pois Monteiro Lobato era considerado homem de esquerda. Tinha grande prestígio entre intelectuais, estudantes e o movimento sindical. Com esse acontecimento sua figura cresceu imensamente.

Outro acontecimento de vulto, foi o comparecimento de Prestes perante o Tribunal de Segurança Nacional - 1ª audiência - cujo presidente era o ex-"Tenente", comandado de Prestes na Coluna Invicta, May

nard Gomes. Dos 15 minutos que o regimento do Tribunal concedia ao imputado para defender-se, Prestes dedicou 12 para homenagear a União Soviética. Estávamos em Novembro, aniversário da gloriosa Revolução de Outubro.

Hoje que a URSS não é mais carisma, não tem mais o fascínio de então, já não é mais o bicho papão, por muitas razões não é fácil compreender hoje o quanto empolgava ouvir alguém defender a União Soviética. Lembro-me, por exemplo, do êxito extraordinário do livro "Onde o Proletariado Dirige", de autoria do médico paulista Ozório César que visitara a URSS. O livro era um folheto de 20 ou 30 páginas, foi publicado clandestinamente e constituiu-se a maior propaganda da URSS naquela fase.

A queda do Comitê Regional do PC foi outro acontecimento de grande repercussão. A estrutura do Partido, então, era diferente. Havia um CR sediado em SÃO PAULO responsável por todo o sul e mais MATO GROSSO e cidades de MINAS confinantes com S. Paulo. A queda do CR, é fácil imaginar, foi um desastre para toda aquela imensa região. Foi uma festa para as forças de direita, mas também foi uma grande propaganda para as idéias comunistas. Como não havia ainda uma censura geral à imprensa - só as publicações da esquerda estavam proibidas - os jornais publicavam tudo e davam destaque ao comportamento dos revolucionários presos. Publicavam suas declarações, o "tratamento" que recebiam, etc. Por exemplo: publicaram a prisão e o traslado de José Duarte, líder dos ferroviários do Noroeste do Brasil, de Tres Lagoas para São Paulo. "Trinta horas de viagem, sem comer nem beber, amarrado com uma corda enrolada em todo o corpo como se fora uma múmia e chegou vivo em São Paulo", dizia o "Diário da Noite". O "Correio Paulistano", por sua vez, publica uma reportagem cujo título era: "O comunista Crispim polemiza com Lobato", ambos se encontram no presídio nº 3 do DOPS e aproveitam o tempo para discutir o problema do petróleo. O comunista afirma que explorar o petróleo com capitais nacionais conduz inevitavelmente a entregá-lo aos Trusts, o que é preciso é criar o monopólio nacional, com capitais Estatais e declarar patrimônio nacional todas as riquezas do subsolo". O certo é que Lobato ao sair da prisão já não advogava mais a sua tese de explorar o petróleo com capitais nacionais. Foi ganho pelas idéias de Crispim e teve um papel altamente positivo na "Campanha do Petróleo". Lobato dirigiu uma carta a Caio Prado, que foi muito divulgada nos meios operários, "Um homem com H maiúsculo", referia-se a Crispim. Declarava não entender como um sujeito todo arrebatado pela tortura, tinha ânimo e lucidez para discutir com tanta profundidade problemas nacionais e internacionais.

Assim pode-se ver que o governo Vargas debatia-se com profundas contradições. O seu ferrenho anticomunismo tinha muitas brechas, fazia água. O que se publicava na imprensa sobre o comportamento dos comunistas na prisão - Câmara Ferreira, Domingos Marques, José Duarte, Gaspar e muitos outros - os transformava em heróis venerados pelo povo.

Nesta situação prossegue a campanha de J.A.A. Havia mais 2 candidatos: Armando Sales de Oliveira, um dos líderes de 32, que se queimou logo na Convenção de sua candidatura e programa. Estava presente a fina flor da aristocracia do café, dos latifundiários de Minas e outras forças depostas pela revolução liberal de 30. Seu programa propõe voltar ao "Brasil essencialmente agrícola". O outro candidato era Plínio Salgado, chefe do integralismo, que atacava a plutocracia financeira anglo-norte-americana e o bolchevismo como inimigo da humanidade, e dava vivas a Hitler e Mussoline.

J.A.A. seria indiscutivelmente o vencedor em 38,mas o Estado Maior de Vargas,consciente disso,de vez em quando fazia pronunciamentos contra ele.Góis Monteiro,homem forte do Governo Vargas,chefe do EMFA,freqüentemente batia na tecla de que o governo corria dois riscos, dois inimigos o ameaçavam : a ANL,que embora ilegalizada,continua va existindo e a Ação Integralista de Plinio Salgado.Claro que isso fazia parte das maquinações contra J.A.A. e as forças que o apoiavam.

As coisas estavam nesse pé,quando na manhã de 10 de Novembro de 1937 as rádios anunciavam o fechamento do Congresso e uma proclamação de Vargas justificando o golpe e acusando o Congresso e as forças "sub-reptícias" de não o deixarem governar.

Os jornais da tarde publicavam a nova "Constituição".São feitos grandes expurgos nas FF.AA. e na Administração Pública.Publicam o "Plano Cohen" (o qual fora forjado por Mourão Filho,nessa época capitão do exército e chefe de informações do Partido Integralista). O Plano,como se sabe,foi então atribuído ao PC.Era o plano da tomada do poder pelos comunistas.As medidas tomadas no caso do plano ser vitorioso seriam o fuzilamento de generais e outras personalidades,confiscação de indústrias,terras,etc.Foi o passo inicial e a justificacão dada para uma violenta repressão em todo o país e em todos os níveis.Desta vez o Movimento Operário foi o alvo principal.

O Congresso foi extinto e em seu lugar foi criado o "Departamento Federal de Administração Pública".Também foram criados nos Estados e Municípios os respectivos Departamentos.Eram assessorias do Ditador,dos Interventores e dos "Prefeitos" nomeados pelos Interventores.Os presidentes nos tres níveis eram nomeados pelo Ditador Vargas.Cria o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda),cujo papel era a propaganda das "realizações" do governo e a censura prévia à imprensa,à literatura e as artes em geral.Todos os cargos de Governadores e Prefeitos foram considerados vagos e gradualmente são nomeados Interventores.Getúlio pela nova "Constituição" tem poderes ditatoriais,apoiado no seu artigo 180 resolve todos os problemas: destitui e faz generais,almirantes,juizes,etc.Aproveitou a oportunidades e fez de seu genro,Amaral Peixoto,Almirante...

Nos dias sucessivos decretou o novo "Enquadramento Sindical",estabelece os sindicatos por categoria econômica,isto é,todos os trabalhadores de uma determinada empresa,fosse qual fosse a sua profissão,filiam-se ao sindicato da empresa correspondente do ponto de vista econômico.Assim todos os que trabalham na indústria têxtil,por exemplo,seja ele mecânico,eletricista ou pedreiro,pertencem ao sindicato dos têxteis.Faz exceção para as empresas com dois ramos de produção,como é o caso da Pirelli,esta produz pneu e material elétrico os primeiros vão para o sindicato da indústria da borracha e os segundos para os metalúrgicos.O mesmo decreto cria as Federações e as Confederações e proíbe a organização de uma Confederação que agregue a todas em âmbito nacional,assim como proíbe a filiação a qualquer organização internacional.Tudo isto e mais o imposto sindical,as "Juntas de Consiliação e Julgamento" e,para completar,o atrelamento legal dos sindicatos à máquina do Estado,impedia o exercício de uma verdadeira liberdade sindical.O atrelamento dos sindicatos se expressa no fato de que somente os sindicatos registrados no MT têm personalidade jurídica,ou seja,o direito de representar os operários sindicalizados perante os órgãos do MT e só através destes o operário pode reclamar seus direitos sociais.Há exceções aos não sindicalizados ou as categorias que não têm sindicato,fato que fez proliferar um mundo de escritórios de advocacia trabalhista,verdadeiras indústrias.

Os sindicatos que a juízo do MT infrinjam as leis vigentes estão sujeitos: 1º - congelamento dos fundos bancários; 2º - destituição da Diretoria e nomeação de um interventor até normalizar a situação, isto é, ao sabor das "autoridades". Muitos sindicatos ficaram sob intervenção até 1945 e, hoje, segundo declarações do Ministro do Trabalho há no Brasil, 11 anos depois do golpe de 64, 32 sindicatos ainda sob intervenção; 3º - dissolução do sindicato.

Todas essas medidas do Estado Novo dão condições ideais para a montagem de uma imensa burocracia sindical. Ganha força o "Peleguismo Ministerial", através do qual Vargas pretendia domesticar o movimento operário. Porém, "os gênios" do Estado Novo não confiam apenas nisso: proibem as greves, congelam os salários, estabelecem o Atestado de Ideologia, determinam que o orçamento dos sindicatos deve ser previamente aprovado pelo MT. O modelo oficial do orçamento determina as rubricas de despesa que o sindicato pode fazer e cópia do balance, depois de aprovado, é remetido pelo MT ao Banco do Brasil, e assim este faz o controle da movimentação dos fundos do sindicato.

Além do mais, Portaria do MT determina que a "Ordem do Dia" da Assembléia Sindical seja previamente aprovada pelo DOPS e este mande representantes a todas as Assembléias. Finalmente dá 90 dias de prazo para os sindicatos se adaptarem as exigências da nova lei. No fim de tudo Vargas declara que "os Sindicatos são órgãos paraestatais, de colaboração com os poderes constituídos, para manter a harmonia entre as classes e a Paz Social".

E agora José, que fazer? Além de toda essa enxurrada de reacionarismo cresceu muito o número de sindicatos sob intervenção. Se em 35 os interventores eram funcionários do MT, agora são tiras do DOPS. Vasculham papel por papel, em busca de documentos subversivos, a fim de poder mandar os diretores ao TSN.

Com tudo isso, muita gente sobrou. Poucos companheiros estavam caracterizados como comunistas. Os que sobraram tem por isso certa liberdade de movimentação. Realizam contactos e reuniões clandestinas a nível sindical, em busca de uma saída. É preciso recomeçar tudo e em condições mais difíceis que em 35. As dificuldades impostas pelos acontecimentos somam-se as partidárias. O CR fora reorganizado por Marighella, mas havia grandes contradições em nossas fileiras. Basta dizer que 22 companheiros foram expulsos publicamente com seus nomes legais em resolução mimeografada. O documento afirma que os punidos discordavam da 7ª Resolução da I.C. (Frente Única contra o Fascismo). No entanto estes afirmavam que devia se adotar um linha política contra o fascismo e pela libertação nacional, sem atrelar-se ao imperialismo ianque e seus agentes internos, reconheciam que essa posição naquela situação era mais difícil, porém salvaguardaria a posição de independência do Partido. O mimeografado do CR foi muito discutido e fez germinar contradições também no meio operário e uma condenação tácita a forma de expulsão dos companheiros - os nomes legais significava denunciá-los a polícia - eram professores, jornalistas, profissionais liberais e escritores ligados ao movimento operário.

Como resultado dessas reuniões sindicais, se organizou um pequeno Bureau Sindical, integrado por comunistas da Capital, Santos, S. André, e Sorocaba. Esse Bureau passou a ter assistência direta do Secretariado Nacional. Decidiu-se a nível Sindical aceitar as exigências do governo. Era uma maneira de não deixar o campo livre ao peleguismo que vicejava com muita força. Jogamo-nos ao trabalho de reorganização sindical, tendo como meta as eleições gerais prometidas para dali a

90 dias, apoiando o trabalho na comissões de fábricas, selecionando companheiros não "escrachados" (não conhecidos pela polícia) para organizar as chapas eleitorais.

A reação tirava o máximo de rendimento do Plano Cohen. Desenrola uma bestial e ridícula campanha anticomunista. Para fugir a responsabilidade dos assassinatos de revolucionários, inventa o "Tribunal Vermelho". Jogava o assassinado à margem das estradas com um cartaz pregado no peito "traidor" ! executado por ordem do Tribunal Vermelho". O caso mais clamoroso foi o da estudante Elsa Fernandes, morta sob torturas na Guanabara e depois jogada num terreno baldio com esse cartaz. A imprensa fez um carnaval dos diabos, fotos de Elsa, de seus pais, de seus irmãos menores, etc, e ao lado uma foto de "Cabeção", que segundo a polícia, era o chefe do grupo de executores do Tribunal Vermelho... Filinto Muller e Lourival Fontes, este chefe do DIP, eram como dizem os chilenos, dois cabeças de pescado, não sabiam inventar histórias. Cabeção era um metalúrgico da Guanabara que em 35 rompeu o cerco e, ao que parece, "fez a pele" de alguns tiras. Fugiu para São Caetano (ABC) e ali trocaram-lhe os documentos e trabalhava tranquilamente na Laminação Nacional de Metais, no Distrito de Utinga - Santo André. Claro que são dois ou tres companheiros sabiam disso e não tinham nenhum interesse em desmascarar a farsa. Cabeção foi assassinado pela polícia em 1952, em Volta Redonda.

Que pretendia o governo Vargas com toda aquela histeria? Provoocar uma reação popular contra o comunismo? Na realidade estava fazendo crescer no sentimento do povo o fascínio pela União Soviética e pelos comunistas.

Numa casa na represa de Jacupiranga fizemos uma reunião ampliada do Bureau Sindical. Nela estiveram presentes Marigella e um companheiro do Secretariado Nacional. A posição do Bureau é aceita como meio de ganhar tempo até que a direção formulasse não só uma política sindical, mas também uma estrutura que levasse a fugir do torniquete que o Estado Novo havia imposto aos sindicatos. O que predominou nessa reunião foi a certeza que a guerra já em curso se transformaria em guerra geral; que o nazi-facismo seria batido; que tínhamos que lutar para forçar o governo Vargas a formar ao lado das democracias e que dentro dessa conjuntura a Direção deveria elaborar uma política e uma estrutura sindical capaz de não entrar no jogo do governo e livrar o Movimento Operário desse torniquete.

Foi uma problemática que durou anos e que se agravou com a queda do CR, dirigido por Marigella. O Secretariado Nacional disse que tantas quedas de direções inteiras são se explicariam por infiltrações internas, e resolve não organizar mais o CR em São Paulo. As divergências crescem. Em cada canto surge uma linha política. Esse caos durou até 1945.

O Bureau Sindical perde contacto com a Guanabara. Não lhe restou outra alternativa que seguir sua orientação inicial. Os 90 dias do Ministério para promover novas eleições foram alargados para 180. É importante ressaltar, que apesar de todas as limitações, a esquerda - PC, Alguma Presença Socialista, Círculos Católicos, e Resíduos do Anarco-Sindicalismo - em chapas unitárias ganham as eleições nos sindicatos principais: metalúrgicos, têxteis, bancários, comerciários, construção civil, Sorocabana e outros. O mesmo fenómeno se dá nos principais municípios. São companheiros novos, com pouca experiência, o que somado à falta total da liberdade sindical não leva a quase nada, porém o mandato é útil para manter contacto com as comissões de em

presa, relacionar-se com os demais sindicatos do país, com as autoridades, tomar pulso das várias tendências da classe dominante; formular novas reivindicações; denunciar o não cumprimento das leis trabalhistas, as quais agora com a falta de liberdade são mais violadas do que nunca, pois era muito cômodo não respeitar as leis, praticamente não havia punição aos infratores. As Juntas de Conciliação e Julgamento constituídas por um representante dos empregados, um dos empregadores, e um do Estado obrigatoriamente bacharel em direito, que funcionava como presidente, não tinham poder executivo. Anomalia que foi corrigida em parte com a Justiça do Trabalho em 1943. Quando o empregador era julgado culpado pelas Juntas, em geral não aceitava a decisão, e neste caso o processo era remetido à Justiça Comum, com a solicitação da execução da sentença. Acontecia, porém, que a maioria dos Juizes não reconhecia legitimidade nas JJ.CC.JJ. Neste caso era preciso refazer todo o processo, tramite esse que durava meses e às vezes anos, e o empregador, no máximo, era condenado a pagar o que devia ao empregado, seja férias, salários atrasados, etc, não tinham outra punição.

Apesar das difíceis condições, as lutas prosseguem. Estamos nos anos de grandes acontecimentos, em plena expansão do fascismo. Agressão nazi-fascista ao povo Abissínio, na Africa. Na Europa, Hitler, com a cumplicidade dos governos locais, invade a Austria e a Checoslovaquia. Era a "limpeza do quintal" como dizia o próprio Hitler. Isto é, ajudava as burguesias locais a liquidar as forças anti-fascistas, preparava a retaguarda para a segunda guerra mundial. O Campo Democrático estava tão limitado que apenas no México, França e Uruguai se verificaram atos de massa em solidariedade às forças Democráticas no Brasil e de denúncia das atrocidades do governo Vargas.

No decorrer de 38 realizam-se 3 greves de grande vulto: a dos Ferroviários da Sorocabana - companhia Mogiana de E.F. de capitais franceses - motivada por atraso nos pagamentos e anulação de velhos Direitos dos Ferroviários. O Interventor no Estado, determina a intervenção na empresa e o MT dissolve o Sindicato. Foi o fim do poder do sindicato que durante tantos anos havia sido o maior baluarte do movimento operário em S.P.; greve dos Marceneiros de São Bernardo (ABC) então o maior centro de produção de móveis do país. Se Santos é uma cidade que vive de um porto, S.B. era uma cidade que vivia de suas famosas indústrias de móveis, de sorte que a greve paralizou a cidade inteira. O fato singular, único no país, é que S.B. de cidadela do Anarco-Sindicalismo (colônia italiana) transformou-se em cidadela do Socialismo. O fenômeno provavelmente se deve ao fato de alguns homens de muito prestígio - Marcelino Serrano, Corrado, Itagiba e outros - terem passado do A.S. ao Socialismo. A influência desses companheiros foi o fator decisivo dessa particularidade; a outra foi a greve da Construção Civil e dos Assalariados Agrícolas de Lins, importante cidade do Noroeste do Brasil, entre Araçatuba e Baurú. Os 3 movimentos foram violentamente reprimidos: longa intervenção nos 2 últimos sindicatos; prisões em massa, sendo que muitos companheiros são foram libertados com a "Macedada" em 39 e outros, como Serrano e Nascimento, dirigentes comunistas na região de Lins, foram anistiados em 45.

Essas lutas e muitas outras de menor vulto atestam que a classe operária mesmo nas condições mais difíceis, procura fugir às imposições de seus exploradores.

Apesar do ascenso do fascismo, Vargas não conseguiu atrelar o Brasil ao Eixo, se é que pretendia isso, aliás há muitas contradições sobre o que pretendia Vargas nessa fase: apoiar-se no Eixo para livrar-

se dos Ianques ? manter uma posição neutra ? ou era um nacionalista de direita ? Muitos afirmam que Vargas não tinha ideologia nenhuma, que embarcava em qualquer canoa, contando que ele fosse o chefe. Penso que essa análise é muito simplista.

O certo é que no seu governo havia poderosas forças pró-"Democracias" Velhas raposas da política brasileira não haviam apoiado o golpe. Ademar de Barros, médico sem clientela de S. Manuel, fora nomeado Interventor em S.P. e por meio de um jovem oficial de sua Casa Militar, filho de ex-general da Coluna Invicta, que mantinha contatos com os meios sindicais, sabia-se que Ademar sendo pró-ianque tinha fortes contradições com Vargas. Conhecemos muitos outros casos desse tipo. Evidentemente essa facção crescia na medida em que se aproximava o eclodir da guerra e os E.E.UU. iam assumindo a liderança do "Mundo Livre". Há portanto, uma convergência, uma coincidência de posição política dessas forças com a Esquerda no tocante a luta contra o fascismo e nessa medida vai se esvaziando a fúria anti-comunista do Estado Novo. O que, entretanto, não significou um afrouxamento do torniquete contra o Movimento Operário. Quanto a isso, então, como hoje, os pró-Eixo e os pró-"Mundo Livre" coincidem. Hoje também há contradições no seio da gorilada - "Duros" e "Moderados" como se auto-definem - mas com referência à repressão e a exploração brutal da classe operária e dos camponeses, eles não divergem. Isto não quer dizer que as contradições entre eles, não devam ser utilizadas pelas forças revolucionárias. A arte, a inteligência, consiste em saber utilizar tais contradições, sem conduzir as massas exploradas a um beco sem saída, isto é, ficar a reboque de uma das facções. É uma lição que podemos aprender, principalmente, com os Velhos Bolcheviques de Lenin, e com os Revolucionários Chineses. Fizeram Alianças com Deus e com o Diabo, mas por terem sabido preservar a independência de classe dos explorados, puderam no momento dado, conduzi-los à Revolução.

As divergências no governo Vargas possibilitaram o surgimento da LEN (Liga de Emancipação Nacional) em 38 ou 39. Surge com o lema: "Contra o Fascismo ! " , "Em Defesa das Riquezas Nacionais ! " À sua frente estão : Militares, Diplomáticos e Magistrados, aposentados, Intelectuais etc. Alguns dos quais haviam sido expurgado em 35 e 37. Certos expoentes da LEN em 45 se revelaram Comunistas. "Joel" por exemplo que mantinha contatos com o Movimento Operário, passou a integrar a Comissão de Finanças do CE. de S.P.

A LEN se impôs, à base de uma campanha de denúncias de uma negociata em curso nos bastidores Ministeriais em torno da concessão das jazidas minerais da Bacia do Rio Doce, a Itabira Iron, subsidiária da United Stats Steel. A LEN transformou-se rapidamente, mormente no Rio e S.P em ponto de referência para a luta contra o fascismo e por outras reivindicações. Foi útil ao MO visto que possibilitou "romper as fronteiras" , isto é, ligar o MO às camadas não operárias. Foi precursora de "Volta Redonda" e da "Campanha pelo Petroleo". Note-se a sagacidade das forças pró-ianques, naquele momento a palavra de ordem "Contra o Fascismo" era vital para eles. Quanto a de "Defesa das Riquezas Nacionais" sabiam que não os afetaria. Se perdessem algo, mais tarde reconquistariam em dobro...

Em 1939 dá-se uma recomposição ministerial. J.A. de Macedo Soares, um diplomata e liberal, paulista, homem do "Estadão" foi nomeado Ministro da Justiça. Encontra nos cárceres mais de dois mil presos políticos, sem culpa formada, a maioria esmagadora era constituída de operários. Baixou uma portaria ministerial ordenando sua libertação imediata. Esse ato ficou conhecido como a "Macedada".

Entre os libertados, contam-se muitos quadros que passam a ajudar no trabalho de rearticulação partidária. Trabalho difícil devido a falta de uma Linha Política unificadora, pois havia praticamente duas Direções. Os "Estafetas", geralmente familiares de presos políticos que visitavam os presos da Ilha Grande e a de Fernando de Noronha, traziam documentos políticos que divergiam dos da Direção do "continente". A própria "Classe Operária", em formato tamanho ofício, em papel casca de ovo, com a qual trabalhava-se ultra-clandestinamente, era muito confusa quanto à orientação política. O que significava que também no "continente" havia divergências. Em SP até 43, vez ou outra conseguia-se contatos com o SN. Este condenava o comportamento dos "ilheos". Revolucionário preso ou asilado, diziam, é homem fora de combate, não tem condições, e por isso, não deve dar orientação política.

Assim é fácil deduzir o quanto era dificultosa a nossa atuação no MO. Brotavam LP em todo o lado. Lembro-me que fizemos um ampliado a nível partidário, com Companheiros de Santos, S. André, Sorocaba, Ribeirão Preto e 3 Distritos da Capital - Ipiranga, Mooca e Braz. Nessa reunião resultou certo acordo de como conduzir a luta sindical de modo a fortalecer a luta contra o fascismo. Afirmava um companheiro de Santos, o de mais alto nível entre nós, que discutir as divergências sem uma prática revolucionária só podia conduzir a uma degenerescência cada vez maior que devíamos "meter os peitos" ainda que cometêssemos erros.

Nessa fase a forma principal de luta eram os "Memoriais" dirigidos às autoridades de preferência a Vargas e ao Ministro do Trabalho. Com eles denunciava-se os baixos salários, as violações das Leis Trabalhistas, a inoperância dos órgãos de fiscalização, a sabotagem da Justiça Comum quanto à execução das sentenças das JJ.C.J. e ao mesmo tempo, ponderava-se a necessidade do MT. abrir diálogo com os Sindicatos, a fim destes poderem sugerir medidas para sanar as falhas. Como se vê, ficávamos nos marcos estritamente legais, o que deu resultados positivos, pois o Ministério depois de muito tempo passou a permitir ampliados de Diretorios Sindicais para elaborar sugestões. Isto pelo menos legalizou os contatos entre Sindicatos. Naquela situação foi um grande passo.

Entre as muitas sugestões mandadas ao Ministério, figurava a do Fracionamento do Direito de Férias e Indenização. Esse Direito era adquirido após 11 meses e 1 dia de trabalho numa mesma empresa, de sorte que bem poucos o alcançavam. O empregador sempre "arranjava" uma "justa causa" para romper o contrato de trabalho quanto faltavam alguns dias para o operário chegar a 11 meses. Pleiteávamos a validade desse Direito a partir do primeiro mes de emprego. Numa outra sugestão propuzemos uma Lei que impuzesse pesadas multas aos infratores das Leis do Trabalho. Enfim, nós encaminhávamos aos Plenários todas as iniciativas que tinham viabilidade de concenso de todos os Sindicatos. A última questão foi atendida em parte em 1943 com a decretação da "CLT" (Consolidação das Leis do Trabalho) e a criação da Justiça do Trabalho e a primeira, também em parte, em 1966 com o "FGTS" (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Mas veja como a burguesia é boazinha... em compensação eliminou a Lei de Estabilidade no Emprego e estabeleceu a "Rotação da mão de obra" que lhe possibilita fazer grandes cortes, graças aos quais diminue os salários ao livrar-se da aplicação da Lei do 1/12 avos de aumento mensal a todos que completam um ano de serviço. Além dessa, toda uma série de outras implicações, a dano dos trabalhadores, só possível num país de regime fascista.

Outra sugestão, aliás a mais importante, que foi discutida no Birô e com elementos da mais confiança, mas não tivemos condições de levar a Plenário, foi a referente à Estrutura Sindical. Propunhâmos suprimir

as Federações e Confederações, pelas Uniões Sindicais nos Estados e uma Confederação Geral do Trabalho, argumentávamos que tínhamos esse direito de vez que os empregadores eram organizados assim, Confederação Nacional da Indústria e as Federações Estaduais. Sentimos que nem esse argumento, essa posição alcançaria o consenso geral. Ninguém estava disposto a cotucar o monstro com vara curta, e mesmo Comunistas de outros Estados não a endossavam, sob a alegação de que cabia à Direção baixar orientação a respeito. O certo é que essa orientação nunca foi baixada. Se o fosse, penso, que na Constituinte de 45 teríamos tido mais possibilidade de botar abaixo o Enquadramento Sindical do Estado Novo.

Naquela fase os Sindicatos perderam muito de sua velha combatividade. Contribuiu para isso, além de fatores objetivos, o estado de espírito gerado pelo Imposto Sindical. Este trouxe uma burocracia exagerada, a corrupção e acomodação. Já não sentiam a necessidade de Campanhas de Sindicalização e Coletas de fundos para manter as despesas dos Sindicatos. Com o IS havia dinheiro de sobra. Quanto menos associados melhor, sobrava mais dinheiro, pois todos pagam o IS mas só tem direito às regalias os associados quites com os cofres sociais. Este era o raciocínio dos "fisiológicos" que afetava mesmo os que não eram pelegos, porém ideologicamente débeis e politicamente despreparados. Essa é uma das causas, com exceção dos Portuários, Ferroviários e alguns outros, do baixo índice de sindicalização - ainda hoje dos 250 mil metalúrgicos da Capital apenas 17% é sindicalizado. Esse fenômeno altamente negativo se acentua mais nas fases de repressão e descenso do Movimento Operário.

Para encerrar este capítulo quero expor, resumidamente, um acontecimento que deu grande contribuição ao rompimento à defensiva em que se encontrava o MO. Em 1943, Vargas anuncia a visita a SP. Os cupinchas de Ademar procuram os Sindicatos e sugerem que estes promovam um grande ato de homenagem ao Chefe do Estado Novo. Depois de muitas discussões entre nós declaramos concordar desde que pudessemos desfraldar nossas reivindicações. Concordando com isso, Ademar garantiu que os "Campos Eliseos" cobririam todas as despesas necessárias. O importante acentuava, na reunião que tivemos com ele, era de que fosse um ato expressivo, digno do Proletariado Paulista e de quem vamos homenagear. Compreendemos que devíamos tirar o máximo proveito da aguda contradição reinante no seio do governo e "balançar a roseira". Convocamos um grande plenário para discutir o plano: Concentração na Praça Pericles, desfile pela Av. S. João - 5 quilômetros - até a praça do Correio, onde seria instalado o palanque oficial; o máximo de mobilização em todo o Estado, exclusivamente através dos Sindicatos de todo o Estado. Claro que o Partido embora disperso jogou o papel principal nessa mobilização. O DOPS enviou a Comissão responsável um elenco dos dizeres das faixas que podiam desfilar. Para louvação à Vargas e ao Estado Novo. E pôs um magote de tiras para fiscalizar a confecção. Paralelamente alugamos uma garagem, pintores de confiança confeccionaram as "Palavras de Ordem" não oficiais: "Por um salário mínimo, que não seja de fome" "Abaixo o fascismo, viva a Democracia!", "Viva o Brasil, abaixo o Imperialismo!", "Por uma Justiça do Trabalho rápida e gratuita", "Terra aos camponeses!", "Liberdade Sindical!", "Anistia aos Presos Políticos". Trens, caminhões e o diabo foram postos à nossa disposição bem como as Rádios e jornais. O comparecimento de delegações do interior nos surpreendeu pelo número e pela qualidade. A cabeça da passeata já havia chagado à praça do Correio e na Pericles ainda havia delegações partindo. As "faixas oficiais" desapareceram. Era uma mar de faixas não oficiais, transportadas por milhares de corações transbordantes de esfuziante entusiasmo. A geleira estava quebrada, iniciava-se um novo ascenso! No palanque oficial repleto, Vargas, impassível tomou a palavra: "ninguém pode marchar contra esse rio caudaloso!" A massa, até então silenciosa, irrompeu em aplausos delirantes. Os partidários do Eixo estavam fodidos...

ALGUNS ASPECTOS DA SITUAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA

MARIA RIBEIRO

Nos últimos meses temos assistido a importantes discussões sobre diferentes aspectos da participação da mulher na vida pública brasileira. Os recentes encontros a nível da Universidade, o Simpósio promovido pela Associação Brasileira de Imprensa, o manifesto das mulheres pela Anistia, são indicadores do início de uma luta das mulheres brasileiras que começa a mobilizar importantes parcelas da população.

Trata-se de uma luta de mulheres por suas reivindicações específicas, como é a luta que se trava pela revisão do código civil, sobretudo na parte que concerne o Direito de Família, cujos artigos consagram a discriminação da mulher, na medida em que atribuem ao marido a direção da "sociedade conjugal" e a primazia de sua vontade no caso de divergência com a mulher, entre outras aberrações. E, trata-se também de uma luta em torno de reivindicações que se identificam com as de setores democráticos do país como é o caso da luta pela Anistia aos presos e perseguidos políticos à qual se somou um Comitê de Mulheres criado especialmente para esse fim.

Consideramos que é extremamente importante que o tema da libertação da mulher seja discutido, ainda que de maneira limitada, em nosso país. Por outro lado, esse fato, relativamente novo, coloca aos marxistas brasileiros a necessidade de se definir com clareza sobre a questão para que possam incentivar o surgimento de um amplo movimento de massas feminino, capaz de arregimentar para suas bases o enorme contingente de mulheres trabalhadoras, tradicionalmente esquecido pela Esquerda. Mais que isso, coloca a necessidade de que os marxistas estejam preparados para orientar o movimento no sentido das lutas do proletariado brasileiro pela instauração do regime de democracia revolucionária que abrirá as vias do socialismo no Brasil.

Insistimos na necessidade de que os marxistas analisem em profundidade a condição concreta da mulher brasileira e na urgência de sua definição, porque estamos convencidos de que embora caiba ao marxismo o mérito de ter afirmado o caráter específico da opressão da mulher, de ter fornecido os fundamentos materialistas que permitem compreender a origem histórica dessa opressão e de ter estabelecido as condições gerais de sua superação, ainda persistem entre nós certas confusões teóricas que impedem o desenvolvimento de uma prática consequente, quando não uma evidente subestimação da importância do problema, ou seja, a importância da força que pode vir a ter para a vitória da democracia e do socialismo, um amplo movimento de mulheres em luta pela igualdade jurídica e iguais condições de participação econômica e política.

Do nosso ponto de vista há duas maneiras de subestimar a questão:

a) negar o caráter específico da opressão da mulher. Por não serem capazes de relacionar dialeticamente as múltiplas determinações que originam e reproduzem continuamente a opressão do sexo feminino, alguns grupos políticos são levados a agitar apenas os problemas da mulher tomada na determinação que a sociedade de classes lhe impõe, isto é, a dona-de-casa preocupada com a carestia da vida, a mãe preocupada com a educação dos filhos, etc. O perigo desta "política" é que ela acaba por acentuar na consciência de homens e mulheres a desigualdade fundada na divisão sexual das tarefas.

b) reduzir a preocupação com o problema à perspectiva de que a revolução socialista elimine automaticamente a desigualdade entre os sexos. Consideramos, sem dúvida, que é a organização social sobre a base da

socialização dos meios de produção que dará as condições materiais para a libertação da mulher porque, através dela, será possível desenvolver uma política que promova a igualdade de condições entre os sexos, que poderá tornar materialmente possível a socialização dos trabalhos domésticos e a educação das crianças. Entretanto, estamos convencidos de que a afirmação abstrata dessa tese justa não constitui por si só, uma orientação concreta para a luta das mulheres. Se acreditamos que não haverá revolução socialista sem a participação intensa das mulheres trabalhadoras, não podemos ignorar a atualidade da questão e, portanto, começar, desde já, a levar a cabo uma política consequente junto às mulheres, ou seja, uma política que, partindo das reivindicações específicas das mulheres, sobretudo das mulheres das classes trabalhadoras, seja capaz de atraí-las para a causa do socialismo e de unificar suas lutas dispersas. Relegar para o futuro, para depois da vitória da revolução socialista, o trabalho de organização das mulheres, é correr o risco, evidente, de que elas venham a se constituir num obstáculo ao avanço revolucionário (não podemos esquecer o caso do voto majoritariamente reacionário das mulheres no Chile e na França, por exemplo, e, no caso do Brasil, a participação feminina na famigerada "Marcha da Família...") ou num pêso morto para o movimento operário.

Por outro lado, o problema se agrava se pensarmos que na falta de uma atuação consequente dos marxistas, muitas mulheres conscientes da discriminação que sofrem e dispostas a lutar por sua igualdade, têm sido levadas a integrar as mais diversas variantes de "movimentos feministas" de caráter burgues, que por mais radicais que se apresentem, primam por abstrair de suas análises a luta de classes e negar a necessidade da transformação socialista da sociedade como condição "sine qua non" para o fim da secular opressão da mulher.

Não pretendemos retomar neste artigo a análise das formas de manifestação da opressão da mulher, nem fazer a análise exaustiva das diversas posições sobre o assunto. Parece-nos suficiente o que já foi dito no artigo "Contribuição à uma análise marxista da questão feminina", publicado no número 17 de DEBATE, para o qual remetemos nossos leitores. Entretanto, partindo de tal análise já feita, é necessário que discutamos e aprofundemos certos pontos de vista aí emitidos, para que possamos avançar na compreensão da questão feminina e possamos finalmente, começar a alinhar os pontos de uma plataforma de luta capaz de orientar o movimento de mulheres brasileiras.

Retomar a tradição marxista de análise da questão, significa para nós compreender que a desigualdade da mulher surge com a divisão social do trabalho e, portanto, obedece a causas econômicas historicamente determinadas. Que a desigualdade persiste até nossos dias, reforçada pela ideologia das classes dominantes, cujo esforço é fazer passar por características "naturais" da mulher, o estereótipo que lhe é impingido, ou seja: submissão ao marido, apêgo às tarefas domésticas e à educação de crianças, passividade frente aos grandes problemas sociais, distanciamento de todo centro de decisões, etc. Significa compreender que este condicionamento ideológico imposto às mulheres desde sua infância (basta prestar atenção ao tipo de brinquedo dado às meninas para verificar que sem excessão, elas reproduzem aquilo que se espera serem seus futuros instrumentos de trabalho: bonecas e utensílios domésticos) age poderosamente, criando nas suas próprias consciências as condições da desigualdade e tornando-as reprodutoras dessa mesma ideologia. Significa ainda compreender (e este é um dado fundamental) que, embora toda a população feminina seja discriminada, a forma como a discriminação se concretiza, varia inevitavelmente segundo a classe social a que pertença a mulher. A diferença de conteúdo da opressão da mulher burguesa e da mulher trabalhadora, repousando na diferença entre a função econômi

ca da família das classes dominantes e a família das classes dominadas. Respectivamente: a preservação da propriedade privada, através da herança e a reprodução da força de trabalho.

A conclusão que se desprende do raciocínio é clara: não se pode fazer um amálgama do "problema da mulher", em geral, como pretendem muitos movimentos feministas. Existem diferenças fundamentais entre as mulheres da classe trabalhadora e as mulheres da burguesia, sendo que a principal é a que as opõe antagonicamente enquanto classe. A mulher da burguesia sofre apenas a opressão determinada pelo sexo, sendo oprimida enquanto classe, mas a mulher das classes trabalhadoras sofre uma dupla opressão determinada pelo sexo e pela origem de classe.

É fundamental para o movimento feminino ter claro que a posição social das mulheres é determinada por esses dois elementos qualitativamente distintos: o sexo e a origem de classe. Do nosso ponto de vista, o impasse a que chegaram os vários movimentos femininos que a história conhece - que entraram em descenso após ter conseguido algumas vitórias que beneficiaram todas as mulheres - é devido ao fato de não terem conseguido atribuir a cada um desses elementos o seu peso específico na luta. Essa confusão se refletia numa plataforma de luta que que abstrai as contradições de classe que atravessavam o movimento.

A nossa tarefa é, portanto, fazer a análise concreta da situação da mulher no Brasil, que nos possibilite levar a cabo uma política de massa e revolucionária, isto é, uma política que leve em conta a especificidade da opressão da mulher, que saiba explorar as reivindicações susceptíveis de mobilizar todas as mulheres para a luta concreta por sua igualdade de direitos, ampliando assim o alcance do movimento e que faça a propaganda das reivindicações mais sentidas pelas mulheres das classes trabalhadoras. Este é o núcleo de onde poderá partir um movimento politicamente consequente, um movimento que aponte para a necessidade da transformação socialista da sociedade como condição necessária para a libertação da mulher.

Com base nestas idéias que consideramos fundamentais para que a questão feminina seja situada no campo do materialismo dialético e que podem orientar a formação de um sólido movimento de mulheres, gostaríamos de analisar mais de perto o caso da mulher brasileira: qual seu modo de vida, qual sua relação com a produção, quais suas reivindicações mais imediatas.

A comparação da situação da mulher nos países capitalistas adiantados, nos tem permitido constatar uma certa universalidade nas formas de manifestação da sua inferioridade econômica e social. Constata-se, por exemplo:

1º- que as mulheres constituem em média 35% do total da população economicamente ativa, nesses países. (Revista Banas de 24/2 a 2/3 de 1975), e que algumas das diferenças nacionais que se pode observar, são explicadas por fatores como: o ritmo de acumulação do Capital, a maior ou menor penetração do capital na Agricultura ou a diminuição da população masculina nos países particularmente afetados pela Segunda Guerra Mundial.

2º- que existem verdadeiros "guetos profissionais" femininos, na medida em que as mulheres que trabalham se concentram majoritariamente no setor Terciário, principalmente nos serviços de escritório (datilógrafas, secretárias, telefonistas) e no Secundário, concentram-se em ramos tradicionais da indústria (vestuário, têxtil e indústrias alimentícias).

A situação atual da mulher brasileira é bastante semelhante à média dos países capitalistas adiantados, no que se refere à participação da mulher na vida econômica do país. O Centro da Mulher brasileira, comparando dados de 1940 com dados de 1969, estima que as taxas de ocupação feminina têm aumentado progressivamente. Em 1940, as mulheres brasileiras representavam 12,4% do total da população economicamente ativa, enquanto que em 1969, já representavam 33,4%. Devemos assinalar que existe uma certa discordância no estabelecimento deste dado e que nos parece exagerado o do Centro da Mulher Brasileira. Paulo Singer e Felícia Madeira em seu trabalho "Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil", Cadernos do Cebrap, encontram 27,1% e através do Censo de 1970, achamos apenas 20,86%.

Apesar da dificuldade em precisar essa taxa de participação da mulher, parece-nos importante afirmar que ela vem aumentando, situando-se por volta dos 25%, e, sobretudo, que a razão deste aumento deve ser encontrada no rebaixamento geral dos salários das classes trabalhadoras. Há um estudo do DIEESE, de janeiro de 74, "Família Assalariada: Padrão e Custo de Vida", que mostra claramente como a queda do salário do "chefe da família" (no qual está compreendida a manutenção de toda a família) abaixo do valor real da força de trabalho, levou a uma perda considerável de seu poder aquisitivo e compeliu a família do trabalhador a dobrar o número de pessoas trabalhando para seu sustento. Dessa forma, de 1958 a 1969, a redução do salário real do "chefe da família" alcançou 36,5%, enquanto a redução da renda real da família foi da ordem de 9,4%, sendo que o número de pessoas ocupadas por família passou de 1 a 2.

Tomando-se por base o Censo Demográfico de 1970 temos o seguinte quadro:

| | |
|---|------------|
| Total da população economicamente ativa..... | 29.557.244 |
| Total das mulheres em condições de trabalhar*..... | 33.270.291 |
| Total da população feminina economicamente ativa..... | 6.165.477 |

Portanto, as mulheres ec. at. são 20,86% do total da população economicamente ativa e 18,53 do total da população feminina com condições de trabalhar.

Utilizando também os dados do Censo, o jornal Opinião, número 70 nos fornece um quadro interessante da distribuição da mão de obra feminina: 67% do total das mulheres economicamente ativas se concentra em apenas 6 setores.

| | |
|-----------------------------------|-------|
| Trabalhadoras na enxada..... | 31,5% |
| Domésticas..... | 16,2% |
| Indústria Textil e Vestuário..... | 8,8% |
| Professoras Primárias..... | 8,7% |
| Enfermeiras não diplomadas..... | 1,8% |

A análise sumária destes dados nos mostra:

1º a grande massa de mulheres trabalhando na Agricultura, na enxada, explicado pelo menor grau de desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo brasileiro e o grande peso das pequenas e médias propriedades, onde o proprietário e sua família constituem a força de trabalho ocupada.

2º a grande massa de trabalhadoras urbanas concentradas no setor Terciário, Serviço de Consumo Individual (trabalho doméstico remunerado) e Serviço de Consumo Coletivo (administração pública, educação, saúde previdência social, etc.)

*) mulheres com mais de 10 anos de idade.

3º no Secundário, a concentração das mulheres nos ramos "tradicionais" da indústria.

O que fica claro e é importante retermos é a relativa exclusão da mulher brasileira das atividades diretamente produtivas. O caso da mulher trabalhadora agrícola mereceria uma análise a parte porque ela desenvolve uma atividade produtiva (carpir, plantar, colher, cuidar da criação e fabricar farinha várias vezes ao ano) e, nesse sentido, seus deveres são iguais aos dos homens. Entretanto, essas suas atividades são destinadas à subsistência da família, não são remuneradas e a mulher não goza dos mesmos direitos que o homem.

Quando integradas nas atividades produtivas da indústria urbana, as mulheres o estão nas mais atrasadas, naquelas cuja exigência de qualificação é quase nula e que constituem uma espécie de prolongamento dos trabalhos feitos em casa e que a ideologia dominante apregoa serem trabalhos apropriados às "características naturais da mulher", como é o caso da indústria Textil, de Vestuário e Alimentícias.

Majoritariamente, as trabalhadoras urbanas se concentram nas atividades não produtivas, nos Serviços de Consumo Individual, que nada mais é que o trabalho doméstico remunerado, "tarefa por excelência feminina", que não requer qualificação alguma. Data de dezembro de 1974 a aprovação da lei que regulamenta minimamente o exercício dessa "profissão". E, nos Serviços de Consumo Coletivos (professoras primárias, em fermeiras não diplomadas, balconistas, telefonistas, etc.) que requerem bem pouca qualificação e que também são serviços compatíveis com a "inclinação natural da mulher".

Outros aspectos da inferioridade social da mulher no concernente ao trabalho, que nos parecem importantes de serem lembrados são :

1º o fato das mulheres não receberem os mesmos salários que os homens no exercício da mesma profissão. Segundo "Opinião, número 70", os homens ganham cerca de 57% a mais que as mulheres em todas as profissões exercidas na indústria paulista, e, "no caso das primeiras 42 mulheres empregadas pela Concursan de Brasília o salário estipulado foi de Cr\$ 1,50 a hora, enquanto que o salário pago aos homens pela mesma função (servente) é de Cr\$ 1,70 a hora".

É preciso levar em conta que a consequência da super-exploração da mão de obra feminina provoca um rebaixamento nos salários reais de toda a classe operária. Neste sentido, as mulheres constituem parte importante do exército industrial de reserva, do qual a burguesia lança mão em períodos de falta de mão de obra, como aconteceu recentemente, no setor da construção civil.

2º as mulheres da classe trabalhadora, sobretudo, mesmo tendo uma profissão, continuam tendo que incumbir-se do trabalho doméstico em suas próprias casas. Apesar de ser difícil calcular o número de horas gastas no trabalho doméstico, porque não sendo remunerado ele não entra na contabilidade nacional, há estudos feitos na Europa (Claude Javeau "Les 24 heures du belge", Cahiers du Grif, nº 2), que mostram que uma mulher, no caso, belga, casada, com dois filhos e exercendo uma profissão, tem uma jornada diária de trabalho de aproximadamente 16 horas assim distribuídas :

5 horas e 6 minutos (cozinhar, lavar e passar roupa, cuidar da casa), 8 horas, dedicadas à profissão e 3 horas para o cuidado dos filhos (este tipo de atividade pode durar de 1 a 3 horas, dependendo da idade das crianças. Isto, descontando-se o tempo gasto em transporte. No caso da mulher brasileira, sua dupla jornada de trabalho deve abranger um número maior de horas porque seu padrão de vida é mais baixo que o da mulher belga.

Se do ponto de vista da participação econômica a situação da mulher no Brasil não se diferencia muito da situação da mulher nos países capitalistas adiantados, a diferença é enorme quando se trata de seus direitos civis e políticos. No nosso caso a desigualdade da mulher começa a nível do Código Civil, que legaliza sua inferioridade, colocando-a na dependência do marido, e, obviamente, estende a desigualdade para outros campos de sua atividade social. A luta das mulheres brasileiras pela revisão do Código já teve seu início, como dissemos anteriormente e a vemos com muito otimismo porque a formalização da igualdade jurídica entre os sexos, nos parece o primeiro passo a ser dado no caminho da libertação. Na verdade, é o reconhecimento da autonomia da mulher, que tornará possível conquistas como a igualdade de direitos e deveres de maridos e mulheres no casamento, divórcio, liberalização do aborto e dos anticoncepcionais, etc., que são medidas de indiscutível caráter progressista, embora de aplicação prática restrita, atualmente, porque beneficiariam apenas a pequena faixa das mulheres da burguesia.

Contribuindo para o estabelecimento de uma plataforma de luta capaz de mobilizar as mulheres brasileiras em vista da organização de um amplo movimento de massas feminino, gostaríamos de alinhar algumas das palavras de ordem que nos parecem as mais compatíveis com esse objetivo.

Consideramos que a incorporação da mulher na esfera da vida pública, a través do trabalho assalariado é a primeira condição de sua libertação, e, portanto, a reivindicação do direito ao trabalho deve ser a primeira. Entretanto, ela não pode ser feita de maneira isolada, deve acompanhar a reivindicação de salário igual por trabalho igual. Para que essas reivindicações, que devem vir juntas, se tornem concretas e, uma vez conquistadas, correspondam realmente a um avanço no nível de capacitação das mulheres, é preciso que obtenham as condições mínimas de sua realização. Nesse sentido torna-se importantíssima a luta pela ampliação da parca rede de creches e escolas maternais. A luta das mulheres trabalhadoras deve ser dirigida no sentido da criação de creche nas empresas e de democratização das poucas creches existentes no país, cujos preços extorsivos só permitem ingresso aos filhos da burguesia. A instalação de refeitórios nas empresas é outra das reivindicações, correspondentes aos serviços sociais necessários a concretização do direito ao trabalho.

O baixíssimo nível de capacitação da mulher para o trabalho, torna igualmente importante a luta pelo acesso da mulher aos cursos de formação profissional. Este é um conjunto de reivindicações que interessam objetivamente as mulheres das classes trabalhadoras e que beneficiam a todas as mulheres.

Há um outro conjunto de reivindicações que dizem respeito à luta das mulheres, de modo geral, mas que interessam fundamentalmente à mulher das classes trabalhadoras: são as relativas à conquista de certas liberdades democráticas. Por exemplo, a reivindicação da necessária liberdade de expressão para que seja possível a existência de uma imprensa feminina que faça a denúncia sistemática da discriminação sofrida pela mulher e discuta as medidas capazes de solucionar os problemas do dia-a-dia da mulher trabalhadora, que divulgue análises de diversas correntes do "movimento feminino" e promova um debate ideológico em torno delas. A liberdade de organização que permita às mulheres travar uma luta consequente pela defesa de sua igualdade, de suas condições de trabalho, de seu acesso a postos de direção da sociedade, etc.

Devemos concentrar nossos esforços na luta pela conquista destes objetivos porque nela está a possibilidade de que as mulheres somem suas forças às forças do movimento operário e democrático de nosso país.

APRESENTAÇÃO

HÁ SEIS ANOS, CARLOS MARIGHELLA, GRANDE HEROI DA RESISTÊNCIA À DITADURA, ERA ASSASSINADO PELOS ESBIRROS DO FACISMO MILITAR. OS REVOLUCIONARIOS MAIS CONSEQUENTES, QUE O SEGUIRAM NA LUTA CONTRA O OPORTUNISMO DE DIREITA E SE AUTO-CRITICARAM DOS ERROS COMETIDOS NO PROCESSO DE LUTA ARMADA, EMPREENDEM HOJE A TAREFA DA REORGANIZAÇÃO, SOBRE BASES NOVAS, DO MOVIMENTO COMUNISTA DO BRASIL. A IMPORTANTE EMBORA POUCO CONHECIDA CARTA-RENUNCIA ENVIADA POR MARIGHELLA EM 1966 À EXECUTIVA DO PCB, CONSTITUI PEÇA ESSENCIAL -E EXTREMAMENTE ATUAL- DE SEU TESTAMENTO POLITICO. ÓRGÃO DE REUNIFICAÇÃO DOS COMUNISTAS DO BRASIL, DEBATE É O LUGAR INDICADO PARA ASSEGURAR SUA DIVULGAÇÃO.

CARTA-RENUNCIA

Carta à Comissão Executiva do PCB

A Comissão Executiva
Prezados camaradas:

Escrevo-lhes para solicitar demissão da atual Executiva. O contraste de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande e existe entre nós uma situação insustentável.

Na vida de um combatente, é preferível renunciar a um convívio formal a ter de ficar em choque com a própria consciência.

Nada tenho a opôr aos camaradas pessoalmente.

No trabalho sob o título "Luta interna e dialética", publicado na *Tribuna de Debate* e em folheto, procurei tornar clara a idéia que tenho sobre a desnecessidade do tom pessoal na luta interna.

Na verdade, nenhuma pessoa por si só está em condições de determinar a marcha da história, coisa que compete sem nenhuma dúvida — e antes de mais nada — às massas trabalhadoras.

O que torna ineficaz a Executiva é a sua falta de mobilidade, é não exercer o comando efetivo e direto do Partido nas empresas fundamentais do país, é não ter atuação direta entre os camponeses.

O centro de gravidade do trabalho executivo repousa em fazer reuniões, redigir notas políticas e elaborar informes. Não há, assim, ação planejada, a atividade não gira em torno da luta. Nos momentos excepcionais, o Partido inevitavelmente estará sem condutos para mover-se, não ouvirá a voz de comando, como já aconteceu face à renúncia de Jânio e à deposição de Goulart.

Solicitando demissão da atual Executiva — como o faço aqui — desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas, e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático convencional que impera na liderança.

1) A circulação das idéias

Uma das questões em que a Executiva se mostra temerosa e conservadora é quanto ao aparecimento de livros e à circulação de idéias.

Há cerca de ano e meio publiquei o livro *Por que resisti à prisão*.

A experiência das lideranças passadas, em matéria de lançamento de livros, não é boa. Às direções executivas dificultavam ou impediam tal coisa por meio de subterfúgios, retendo originais ou exercendo a censura prévia. Os camaradas da Executiva atual reclamam, entretanto, que só a *posteriori* tomaram conhecimento do livro mencionado.

Mesmo assim, não o discutiram; sobre ele, não discutiram; sobre ele não emitiram nenhuma opinião, apesar de interpelados por militantes e outros dirigentes.

Agora, passado mais de um ano, os companheiros fazem autocrítica pela omissão, e opinam sobre o livro, considerando boa a primeira parte (que faz o relato da prisão). Não concordam, porém, com a segunda parte (que expõe os assuntos ideológicos e políticos), porque esta

—segundo pensam— é contra a atual linha do Partido.

Parece estranho condenar uma parte do livro e não condenar igualmente a outra. As duas partes são indivisíveis. Uma é a decorrência da outra. Há uma interação entre elas, uma relação de causa e efeito. A resistência à prisão não teria havido se os motivos políticos expostos no livro não a justificassem.

Os companheiros, porém, não atentam para essa evidência. Entram pelo terreno da abstração e do agnosticismo kantista e separam coisas inseparáveis. E vão mais além, sustentando a tese de que um membro da liderança não pode escrever publicamente, discordando.

A tese é stalinista, mas aí a temos de volta.

Ora, a discordância nunca é um fato repentino, mas o amadurecimento de um processo contraditório, facilitado sempre que se abre o debate, sobretudo quando o último foi travado há seis anos atrás.

E é exatamente neste momento —com os debates abertos— que os companheiros afirmam a impossibilidade da discordância pública.

Recái-se assim na "teoria da unanimidade", que tanto prejuízo trouxe no passado. Volta-se à concepção antimarxista e antidialetica do "núcleo dirigente" monolítico superposto ao coletivo. Em suma, trata-se de uma tentativa de intimidação ideológica, ou uma forma de coação para evitar a circulação de idéias que são temidas.

Entretanto, revelar as contradições é uma forma e até mesmo um método para superá-las, desde quando as idéias entram em confronto uma com as outras e a prática é tomada como critério para testar a verdade.

2) De onde vêm as discordâncias

Nossas discordâncias não são de agora. Vêm de muito antes. Cresceram, a partir dos acontecimentos subsequentes à renúncia de Jânio, quando nosso despreparo político e ideológico ficou demonstrado.

Em 1962, perante o coletivo do Partido, critiquei os métodos não marxistas, os remanescentes do individualismo na direção e a falta de uma tomada de posição ideológica face ao nosso despreparo.

O golpe de abril —vitorioso sem nenhuma resistência— mostrou mais uma vez que poli-

3) *As ilusões de classe*

As ilusões da Executiva —perdoem-me os companheiros— permanecem intactas. Daí por que as vimos refletidas nas ilusões de uma boa parte dos dirigentes e militantes que acreditavam em líderes burgueses como Juscelino, já-nio, Ademar, Amaury Kruel, Justino Alves e outros, e tinham esperança na resistência que prometiam fazer contra a ditadura. O episódio da cassação de Ademar não foi, porém, a única decepção.

Temos agora o caso da "Frente Ampla". A Executiva manifestou-se com inequívocas simpatias pela "Frente Ampla", renunciando a criticá-la e a esclarecer as massas sobre o seu significado.

Lacerda —líder fascista— quer fazer seu próprio partido, exibindo-se como popular e reformista.

A Executiva acha tudo isso "um fato político positivo" (*Voz Operária*, n. 22, novembro de 1966) admitindo que a "Frente Ampla" venha a ter a capacidade de lutar contra a ditadura, pelas liberdades e os interesses reais do povo brasileiro.

tica e sobretudo ideologicamente estávamos mesmo despreparados.

A resistência à prisão e o livro que tratou do assunto significavam aquela tomada de posição ideológica face ao despreparo e à perplexidade geral. O despreparo ideológico e político da Executiva —segundo penso— revela-se em suas concepções, já agora postas em dúvida por muitos militantes.

São concepções imbuídas do fatalismo histórico de que a burguesia é a força dirigente da revolução brasileira. A Executiva subordina a tática do proletariado à burguesia, abandona as posições de classe do proletariado. Com isto perde a iniciativa, fica à espera dos acontecimentos.

O livro que publiquei sob o título *A crise Brasileira* (ensaios políticos) é exatamente uma contribuição ao debate ora aberto em torno das posições da liderança, posições que venho combatendo publicamente, aimporado no princípio da livre discussão.

Não vejo mal em combater tais posições, pois o que todos desejamos é uma Executiva em condições de ir para a ação e manejar o método dialético materialista.

A jogada de Lacerda é abrir novos caminhos para servir ao imperialismo norte-americano e evitar a libertação nacional do nosso povo. Lacerda é incapaz — por sua situação de classe — de lutar realmente pelo povo contra o latifúndio e o monopólio da propriedade privada da terra, em favor dos camponeses e em favor da classe operária. O que Lacerda pretende — segundo se deduz dos fatos — é a colaboração de classes, é a conciliação que leve ao apoio a Costa e Silva.

A Executiva silencia sobre isto, ajuda a semear ilusões.

As ilusões são justificadas em nome da propalada política ampla, em nome do combate ao sectarismo e ao esquerdismo, enquanto se despreza a luta em favor da ideologia do proletariado. Esquece-se o papel do partido marxista, de sua independência de classe e cai-se no reboquismo ante a burguesia.

Em vez de combater as ilusões, apressou-se a Executiva a combater o revanchismo, adotando uma posição burguesa, como se não devêssemos apontar ao proletariado os criminosos golpistas, denunciar os seus crimes e chamar seus autores à responsabilidade. Como se não

devêssemos ajustar contas com a ditadura à maneira proletária, ou “à maneira plebéia”, segundo diria Marx em seu tempo.

4) Caminho eleitoral ou caminho armado

A Executiva ainda pensa infligir à ditadura *derrotas eleitorais capazes de debilitá-la*. E dá grande importância ao MDB apontado como capaz de permitir a aglutinação de amplas forças contra a ditadura. Ou então apoia a “Frente Ampla” de Lacerda.

Não é isso querer desfazer-se da ditadura suavemente, sem ofender os golpistas unindo gregos e troianos?

Em vez de uma tática e uma estratégia revolucionárias, tudo é reduzido — aberta ou veladamente — a uma impossível e inaceitável saída pacífica, a uma ilusória redemocratização (imprópria até no termo).

Parece não se ter compreendido Lênin, quando em *Duas táticas* afirma que “os grandes problemas da vida dos povos se resolvem somente pela força”.

Em outra parte, falando sobre a vitória, acrescenta Lênin que esta “deverá apoiar-se

inevitavelmente na força armada das massas, na insurreição, e não em tais ou quais instituições criadas por via legal e pacífica”.

Depois de tanto se ter falado que à violência das classes dominantes se responderia com a violência das massas, nada foi feito para que as palavras coincidissem com os atos. Esquece-se o prometido e continua-se a pregar o pacifismo.

Falta o impulso revolucionário, a consciência revolucionária que é gerada pela luta.

A saída no Brasil — a experiência atual o está ensinando — só pode ser a luta armada, o caminho revolucionário, a preparação da insurreição armada do povo, com todas as consequências e implicações que daí resultem. Lênin já havia dito em sua obra mencionada:

E verdade que nossa influência, a dos social-democratas [quer dizer, a dos comunistas] sobre a massa do proletariado, ainda é muito insuficiente; a influência revolucionária sobre a massa camponesa é insignificante; a dispersão, a falta de desenvolvimento, a ignorância do proletariado e sobretudo dos camponeses, ainda são terrivelmente enormes. A revolução, porém, aglutina as forças com rapidez, e as instrui com a mesma velocidade. Cada passo dado no seu desenvolvimento desperta a massa e a atrai com uma força irresistível para o programa revolucionário, o único

que exprime de um modo conseqüente e completo os seus verdadeiros interesses, os seus interesses vitais.

Há no Brasil forças revolucionárias internas capazes de resistir à ditadura e ir à luta. E é verdade que o pensamento leninista brota por toda a parte onde o proletariado faz sentir a sua influência.

5) Razões irreversíveis

A Executiva crê na liderança da burguesia, e este fato é decisivo na tomada das posições. Conforme o ponto-de-partida a propósito desta questão, as demais questões serão resolvidas de uma forma ou de outra.

A questão mais importante, a fundamental, é a questão do poder. Os revolucionários no Brasil não se podem propôr a uma outra coisa senão a tomada do poder, juntamente com as massas. Não há por que lutar para que o poder seja entregue à burguesia, para que seja constituído um governo sob a hegemonia da burguesia. Foi o que se pretendeu com o governo nacionalista e democrático. E o que se pretende agora, propondo-se a conquista de um “governo mais ou menos avançado”, eufemismo que traduz a esperança num governo sob a hegemonia burguesa, fadado a resolver os problemas do

povo. Isto significa a renúncia à luta pelo poder através da ação revolucionária, a confiança no caminho pacífico e eleitoral, a capitulação ante a burguesia.

A Constituição fascista, autoritária, que elimina o monopólio estatal, que sustenta a atual estrutura agrária retrógrada, que assegura a total entrega do país aos Estados Unidos, que reduz o Parlamento e a Justiça a instrumentos dóceis do Poder Executivo, tal Constituição não permitirá nenhum *governo democrático* por via eleitoral.

É preciso pôr abaixo tal Constituição, derrubar a ditadura, estabelecer um governo apoiado em outra base econômica, em outra estrutura. Fora disso é permanecer mais dez, vinte anos, fazendo acordos eleitorais e ajudando as classes dominantes e o imperialismo-norte-americano a manter o Brasil como uma ditadura institucionalizada, a serviço da repressão do movimento de libertação dos povos latino-americanos.

A conclusão não pode ser diferente, sobretudo em face de vinte anos de acordos eleitorais feitos no passado, acordos eleitorais sem princípios, que nos desacreditaram e desgastaram ante as massas.

São tentativas inviáveis, prática e teoricamente, pois a época das revoluções democrático-liberais já está ultrapassada.

Teneroso da Revolução Cubana, o imperialismo-norte-americano, apoiado nas forças armadas convencionais latino-americanas, não vacila em desencadear golpes militares, ao menor sinal de avanço no caminho da libertação dos povos do nosso continente. E nem mesmo desiste ou recua do emprégo da guerra de agressão mais brutal, como no Vietnã.

A luta pelas reformas de base não é possível pacificamente, a não ser através da tomada do poder por via revolucionária e com a consequente modificação da estrutura militar que serve às classes dominantes.

O abandono do caminho revolucionário leva à perda de confiança no proletariado, transformado, daí então, em auxiliar da burguesia, enquanto o partido marxista passa a ser apêndice dos partidos burgueses.

A subordinação e perplexidade ante a burguesia e sua liderança impelem ao menosprêzo do campesinato na revolução brasileira.

Daí a causa por que o trabalho no campo jamais constituiu atividade prioritária, chocan-

empresas e atingido pelas influências ideológicas da burguesia.

A Executiva assistiu indiferente ao declive do Partido em São Paulo. Não obstante, inquietou-se e deu sinal de contrariedade, quando — sem ser levada em conta sua opinião — os militantes de São Paulo elegeram para a direção estadual um dos membros da Executiva e outro dirigente nacional.

Tentando rechaçar a iniciativa dos militantes, a Executiva invocou uma resolução inexistente, proibindo a qualquer de seus membros pertencer a uma direção estadual.

O que seria transformar a Executiva numa espécie de torre de marfim, sem atuação direta junto às bases de empresa ou do campo.

Inconformados, os militantes de São Paulo já haviam afastado da direção estadual todos os quadros para ela designados pela Executiva, e que não haviam correspondido. Tanto mais quando o Partido envereda pelo reboqueismo à burguesia, tendo sido permitida em suas fileiras forte penetração e influência da ideologia burguesa, particularmente do janismo e do adernarismo.

do-se os esforços nesse sentido com a indiferença e a má vontade da Executiva.

Entretanto, o camponês é fiel da balança da revolução brasileira, e sem ele o proletariado terá que gravitar na órbita da burguesia como acontece entre nós, na mais flagrante negação do marxismo.

Sem o camponês, o Partido não fará outra coisa senão acordos políticos e acordos eleitorais de cúpula, para não falar em barganhas.

São razões que não podem deixar de contribuir para o meu pedido de demissão, tornando-se impossível aceitar qualquer conciliação ideológica.

6) O problema de São Paulo

A Executiva — segundo me parece — subestima o Partido nas empresas, não ajuda a construí-lo aí com uma firmeza inabalável.

Quem pensa em fazer a revolução tem que se apoiar nas empresas e na classe operária. No Brasil, tem que se apoiar em São Paulo, a concentração operária fundamental e decisiva no país.

Entretanto, a situação do Partido em São Paulo é desastrosa, afastado como está das

Campeavam, então, em São Paulo, as teses da burguesia, sintetizadas sobretudo na chamada "conquista do poder local" e na existência de um partido, cujo nome era evitado e substituído pela denominação de "movimento comunista", onde, aliás, não devia haver lugar "para homens cuja revolta os leva ao desajuste e ao afastamento da convivência social".

Em vez de um partido revolucionário de massas, as teses preconizavam um partido pacífico, bom para entendimentos e acordos eleitorais.

Um dos objetivos programáticos dessas teses em circulação em São Paulo, era "uma reestruturação democrática da máquina administrativa, dos órgãos judiciários e do aparelho policial".

As teses mencionadas contribuíam para descharacterizar e deformar o Partido, e eram ao mesmo tempo uma consequência disso.

A conferência estadual realizada em São Paulo reagiu contra as deformações e a influência ideológica da burguesia e rejeitou *in toto* aquelas teses oportunistas.

Ao invés de saudar a conferência e os seus resultados, a rejeição de semelhantes teses e a

posição dos militantes elegendo quadros de sua confiança para a direção, ainda que sem consultar a Executiva e sem levar em conta os seus veredictos, a Executiva descontenta-se e trata de agir em São Paulo, passando por cima da direção estadual.

Somente agora a Executiva chegou à conclusão de que precisa discutir o problema de São Paulo, depois que o Partido ali foi quase destruído e as teses da burguesia penetraram a fundo.

Se é assim, que se apurem as responsabilidades, que se assinalem as causas que levaram o Partido a perder suas bases nas empresas, por que não se realizava trabalho entre os camponeses e não se apoiava o esforço revolucionário dos estudantes, porque os intelectuais se distanciavam do Partido, e porque eram preferidos os acordos e entendimentos eleitorais.

São deformações evidentes.

A causa principal dessas deformações está —segundo creio— na fraqueza teórica e ideológica da Executiva.

Foi isto que a levou a não ter vigilância de classe, a permitir que caíssem documentos na

mão da polícia. A gravidade da questão não está apenas em nomes revelados, mas também em se permitir ---por inadvertência--- a revelação à polícia de assuntos internos do Partido.

A verdade é que a Executiva está ausente do trato com o marxismo-leninismo, não escreve trabalhos teóricos, não generaliza a experiência da revolução brasileira, teme a publicação de livros e as idéias neles expostas, omite-se diante das questões fundamentais, preferindo a conciliação e o exercício do paternalismo.

E para mim doloroso escrever-lhes como o faço neste momento. Mas não seria do meu feito deixar de dizer a vocês, perante o coletivo partidário e a opinião pública, o que sinto realmente.

Não acredito que o individualismo ou a ação pessoal possa resolver todos esses problemas.

As idéias é que desempenharão o papel decisivo. E somente elas encontrarão eco.

A causa revolucionária brasileira, a libertação do nosso povo do jugo dos Estados Unidos, o empenho pela unidade do Partido em torno das idéias marxistas, estão acima de qualquer acomodação, sobretudo quando o que mais se

exige de nós, comunistas, revolucionários marxistas-leninistas, é justamente a coragem de dizer e agir.

Sem mais, com saudações proletárias.

Carlos Marighella

Rio, 10 de dezembro de 1966

D E B A T E está à venda nas seguintes livrarias :

FRANÇA: (1)- Librairie Portugaise

33, rue Gay-Lussac / 75005 Paris

(2)- Librairie La Joie de Lire

19-40, rue Saint Séverin / 75005 Paris

PORTUGAL: (1)- Livraria Opinião

Rua Nova da Trindade, 24 / Lisboa

(2)- Livraria Leitura

Rua de Ceuta, 88 / Porto

ESCANDINAVIA: (1)- Bokcafét (Estocolmo e Lund)

(2)- Oktuber, Bokhandel, Estocolmo

(3)- Tronsmo Bokhandel, Christian Augustsgt., 19
Oslo

ITALIA: (1)- Libreria Rinascita

Via delle Botteghe Oscure, 1, 2, 3 / Roma

(2)- Libreria Internazionale Paesi Nuovi

pza. Montecitorio 59-60 / Roma

CORRESPONDÊNCIA, PEDIDOS DE ASSINATURAS E DE NUMEROS ATRAZADOS:

DEBATE

c/o J. Bourderie
146, rue Montmartre
75 002 Paris

FRANÇA

I N D I C E D O P R E S E N T E N U M E R O

| | |
|---|-------|
| APRESENTAÇÃO ----- | p. 3 |
| Fernando Andrade: | |
| O MOVIMENTO OPERARIO E OS SINDICATOS (II) ----- | p. 4 |
| Rolando Fratti : | |
| CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO OPERARIO (III) -- | p. 11 |
| Maria Ribeiro : | |
| ALGUNS ASPECTOS DA SITUAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA --- | p. 21 |
| Carlos Marighella : | |
| CARTA-RENUNCIA À EXECUTIVA DO PCB ----- | p. 27 |